

# Acção Socialista



N.º 1331 30 Junho 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt



## UMA COLIGAÇÃO COM O PAÍS

### ENTREVISTA

Miranda Calha  
secretário nacional  
para as Autarquias



**“Nunca o PS  
teve tantos  
jovens e tantas  
mulheres como  
cabeças-de-lista”**

10

### AUTÁRQUICAS 2009

Ana Gomes  
candidata a Sintra



**“Precisamos  
de uma Câmara  
com liderança”**

9

João Ataíde  
candidato à Câmara  
da Figueira da Foz



**“Governarei o concelho  
com os cidadãos no  
coração”**

12

Debate Quinzenal  
**Sócrates anuncia  
reforço dos  
apoios sociais  
aos alunos do  
ensino superior**

5

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa, Manuel  
Mota, Maria Santos,  
Armando França, Luís  
Miguel Ferreira, Paula  
Barros e Carlos Zorrinho

SÓCRATES'09  
socrates2009.pt

## OPINIÃO

AUTÁRQUICAS 2009  
DEZASSETE  
DE AGOSTOLUÍS PITA AMEIXA  
Deputado do PS

*Os responsáveis pelas candidaturas – designadamente as Secções e Concelhias do PS – têm de se concentrar no dia 17 de Agosto, para, até aí, apresentarem e entregarem as candidaturas*

UMA data chave do processo eleitoral autárquico, que todos os responsáveis pelas candidaturas têm de ter presente, é a de 17 de Agosto.

Porque é nesse dia que termina o prazo de entrega das listas no tribunal. Quem não o tenha feito até aí, já não o poderá fazer depois.

O Governo anunciou a marcação da data da eleição geral dos órgãos das autarquias locais para 11 de Outubro.

Esta é a data que todos os cidadãos têm de conhecer, para irem votar.

Mas os responsáveis pelas candidaturas – designadamente as secções e concelhias do PS – têm de se concentrar é no dia 17 de Agosto, para, até aí, apresentarem e entregarem as candidaturas.

A lei eleitoral estabelece que as listas de candidatos têm de ser apresentadas até ao 55º dia anterior à data do acto eleitoral – neste caso, 17 de Agosto, uma segunda-feira.

Ora o tempo, até lá, não é já muito, há que ter atenção a isso.

Acresce que as candidaturas autárquicas envolvem um grande número de candidatos e, em Julho e Agosto, muita gente entra de férias, saindo para fora do seu local de residência habitual e alterando as suas rotinas.

É necessário convidar candidatos, aguardar as suas respostas, obter os seus elementos de identificação, verificar que todos os documentos estão em ordem e em prazo de validade, requerer e obter certidões, colher as assinaturas de todos... É obra!

A apresentação faz-se no tribunal da comarca e é dirigida ao respectivo juiz.

Será indicado um mandatário, o qual tem de ser eleitor inscrito na área desse município e aí apresentar uma morada que é para onde o tribunal irá enviar todas as notificações.

É preciso ter atenção na escolha dos mandatários. Às vezes predilectos por serem figuras de relevo social ou político, não podem ser aceites caso não estejam recenseados numa das freguesias do respectivo município.

A apresentação da candidatura, no tribunal, envolve, desde logo, a entrega da lista.

Trata-se do rol e identificação dos candidatos, dispostos por ordem, com efectivos e suplentes, no número legal, e, em relação a cada um, indicando-se o nome completo, a idade, a filiação, a profissão, a naturalidade, a residência, o número, a data e o arquivo de identificação do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.

Os candidatos que integrem a lista como independentes devem ser assim identificados.

Além da lista tem de ser entregue, também, a chamada declaração de candidatura.

Esta consiste num documento, assinado pelo próprio candidato, em que ele declara, sob compromisso de honra, que aceita a candidatura pelo partido, que não padece de nenhuma inelegibilidade, que não faz parte de mais nenhuma lista de outros partidos ou grupos, e que concorda com o mandatário que é indicado.

Esta declaração não carece de reconhecimento da assinatura.

Junta-se, ainda, certidão comprovativa de que os candidatos estão inscritos no recenseamento eleitoral (ao contrário do mandatário, não têm de ser recenseados na área onde se candidatam. Os candidatos podem estar recenseados em qualquer parte).

Quer esta certificação do recenseamento quer a declaração de candidatura, assinada pelos candidatos, podem ser apresentadas em documentos individuais ou colectivos, conforme se achar mais conveniente.

Mãos à obra, pois, que o tempo está a correr... e é curtainho.

## Novas Fronteiras 2009-2013

## Coligação com o país



**A “abertura” é uma das marcas do PS, que tem como “ambição” fazer uma “coligação com o país”, com os “sectores mais dinâmicos e empreendedores”, de forma a construir “um país mais competitivo e com mais coesão social”, afirmou José Sócrates, no dia 20, numa sessão do Fórum Novas Fronteiras de preparação do programa eleitoral dos socialistas para as próximas legislativas, que definiu como “a plataforma de encontro entre o PS e a sociedade”.**

J. C. CASTELO BRANCO

“O NOSSO projecto é um projecto colectivo, que fica mais rico com o vosso contributo e que fica mais forte com o vosso apoio”, disse o líder do PS, salientando que o nosso partido sempre encontrou no movimento das Novas Fronteiras “o entusiasmo e o saber para a construção das nossas propostas políticas”.

Sócrates salientou também que “o PS está atento aos sinais da sociedade” e “disponível para ouvir, corrigir e empenhado no diálogo social, sem que isso signifique que a governação fique à mercê dos grupos de pressão”.

O PS, acrescentou, “deu um rumo e sentido à governação do país, através de uma política de rigor, coragem e ambição”, e “não abdica dos seus valores, do seu programa e do seu projecto”.

Por outro lado, o secretário-geral do PS manifestou-se contra aqueles que lhe atribuem uma suposta mudança de personalidade com o objectivo de “fabricar uma nova imagem”.

“Vejo muita gente entretida a discutir o meu estilo, o meu estado de alma e até a construir a teoria de uma suposta mudança”, referiu, sustentando que “nem a determinação é arrogância, nem a compreensão pode ser vista como tática ou falta de firmeza”.

Lembrando que o PS “não é um partido de protesto”, mas de projecto”, Sócrates afirmou que “a nossa ambição é definir um programa político para a nova legislatura”.

E considerou que as escolhas políticas que os portugueses terão de fazer nas próximas eleições legislativas “estão claras para o país”. A primeira escolha, referiu Sócrates, é entre “combater a crise mundial com ambição com iniciativa e também com

investimento público” ou, em alternativa, “ficar à espera que a crise passe, não fazer nada, e com um preconceito ideológico contra tudo o que signifique intervenção ou iniciativa do Estado”.

A segunda escolha, segundo o líder socialista, “é aprofundar o caminho das reformas de modernização do país” ou “parar tudo, nadar para trás e paralisar o país”.

Quanto à terceira escolha que se coloca aos portugueses, Sócrates disse que se trata de “avançar na protecção social” e garantir “a matriz pública dos sistemas sociais” ou “recuar no Estado Social, apostando no Estado mínimo e na privatização dos serviços de segurança social, de saúde e de educação”.

Antes, o coordenador do programa eleitoral do PS, António Vitorino, desafiou o PSD a assumir o seu programa político e a dizer aos portugueses o que pretende realmente fazer se ganhar as legislativas.

“Assumam, digam o que querem e o que propõem. Um verdadeiro programa de direita faz falta para se ver a diferença com o PS”, exortou, salientando que o que está em causa é uma tentativa do partido de Ferreira Leite de pretender “camuflar o que viriam a fazer se chegassem ao poder, ou seja, implementar um programa de liberalismo económico”.

## Reafirmar a vontade reformista

O também membro do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras considerou ainda “verdadeiramente preocupante” a atitude de “puro protesto” que tem sido seguida por “uma direita que se quer afirmar como alternativa de Governo”.

Quanto aos partidos à esquerda do PS, criticou “o puro imobilismo” e o “alhea-

mento preocupante sobre como garantir a sustentabilidade do Estado Social”.

Depois de lembrar que o actual Governo lançou ao longo deste mandato “um conjunto de reformas de modernização e de solidariedade social sem precedentes em Portugal”, António Vitorino afirmou que é preciso “reconhecer com humildade que os instrumentos clássicos das políticas públicas se mostram ainda insuficientes para fazer face à crise mundial”.

Por isso, adiantou, “temos de ser ainda mais determinados, conciliando a intervenção do Estado, economia de mercado e uma política fiscal que assegure uma melhor distribuição da riqueza”.

Segundo o ex-comissário europeu, “é preciso elaborar um programa a pensar no interesse geral de todos os portugueses, que responda às necessidades do país, crie horizontes de esperança e reafirme a vontade reformista, para responder aos desafios da globalização, num mundo que será mais exigente à saída da crise, garantindo ainda ao país a sua governabilidade”.

A finalizar a sessão, António Vitorino apresentou os dois novos membros do Conselho das Novas Fronteiras, a historiadora Irene Pimentel e o jurista e professor universitário Pedro Delgado Alves.

Irene Pimentel afirmou que está nas Novas Fronteiras, “porque é de esquerda e ser de esquerda é ser a favor das reformas e de um Estado solidário”. A historiadora considerou que na actual conjuntura “há um défice de solidariedade entre empregados e desempregados” e defendeu “a solidariedade entre gerações, nomeadamente com os mais jovens”, exortando, a propósito, o Governo a “acabar com o cancro dos recibos verdes”.

Por sua vez, Pedro Delgado Alves considerou que o movimento das Novas Fronteiras “não pode parar”, sendo necessário “aprofundar os resultados e fazer mais”, no quadro de “um projecto de esquerda moderna para o país”.

E salientou que entre os novos desafios que se colocam no futuro é preciso “emancipar a juventude, proporcionando-lhe emprego estável e habitação”, e ainda “renovar a esperança” entre os portugueses.

# Sócrates propõe 5 mil estágios no Estado para jovens e mais acesso ao Erasmus

**Criar cinco mil estágios por ano na Administração Pública e conceber medidas que melhore as oportunidades de acesso ao programa de mobilidade universitária Erasmus foram duas propostas avançadas por José Sócrates perante cerca de mil jovens.**

**Ao falar, no dia 27, no Parque das Nações, na mais recente edição do Fórum das “Novas Fronteiras”, desta feita dedicado à juventude e organizada pela JS, o líder socialista e primeiro-ministro defendeu que o Estado, e não apenas as empresas, tem obrigação de promover os estágios profissionais.**

**Para José Sócrates, o país não pode retroceder, nem podem ser rasgadas as políticas sociais implementadas ao longo desta legislatura, como vem defendendo uma certa direita portuguesa.**

MARY RODRIGUES

“PODEMOS e devemos, como ideia inspiradora para um país que dá mais oportunidades aos jovens, ter um sistema de estágios na Administração Pública que dê oportunidade a mais cinco mil jovens por ano”, disse José Sócrates perante uma vasta plateia organizada em forma de arena, acrescentando que “deve ser esta a nossa ambição, deve ser este o nosso objectivo”.

Por outro lado, considerou ser “um dever dos socialistas” elaborar um programa que contenha medidas que permitam mais justiça social no acesso ao programa Erasmus e no acesso à mobilidade dos estudantes no ensino superior.

Podemos e devemos “melhorar o sistema de mobilidade internacional” dos jovens que estão a estudar no ensino superior.

“O país beneficia com isso”, salientou, enfatizando a necessidade do Estado “ajudar aqueles que mais precisam a ter uma primeira experiência ao nível internacional no ensino superior”.

“Podemos criar uma série de medidas que permitam que no acesso à mobilidade internacional possamos ter mais justiça social”, acrescentou.

Após ouvir vários jovens profissionais e estudantes levar a debate questões que os preocupam, o líder socialista anunciou a sua intenção de realizar sessões com jovens em todos os distritos do país neste período que medeia até às próximas legislativas.

O objectivo, frisou, é “discutir o nosso futuro programa eleitoral dando voz e espaço aos jovens”.

“Queremos deixar clara a atitude de quem confia em si próprio, no seu país e na sua energia”, referiu Sócrates, para quem a juventude portuguesa está “sem dúvida alguma do lado de quem tem iniciativa e confiança”.

Depois, reafirmou a meta de

trazer os jovens para a “primeira linha das Novas Fronteiras e da campanha do PS”.

“Mobilizar a juventude para construir uma política para o país que também sirva os jovens” é a ideia desses debates descentralizados com os mais novos, até porque, venceu “precisamos de ideias e de um país com futuro, não com medo dele”.

## Portugal precisa de continuar a avançar

Antes, nesta mesma linha de raciocínio, o primeiro-ministro tinha criticado fortemente a oposição de direita por querer “rasgar” as políticas sociais e de modernização desenvolvidas pelo Governo, apostando num “Estado mínimo”.

“Já tínhamos ouvido ao longo destes últimos meses que as principais palavras-chave da direita portuguesa são parar, adiar, não fazer, suspender”, afirmou, para de seguida acrescentar que agora sabe-se também que aos referidos verbos a direita juntou “rasgar e retroceder”.

“O programa político da direita está agora mais claro: rasgar significa eliminar aquilo que foram as políticas de modernização que introduzimos no país, mas também significa retroceder nas políticas sociais em nome daquilo que é o velho chavão ideológico da direita portuguesa”, afirmou o governante, sublinhando que esta ideia passa por “encolher o Estado na educação, na saúde e até na segurança social”, rasgando políticas como a que levou ao aumento do salário mínimo, e “retrocedendo” no apoio às famílias.

E lamentou ainda que a direita portuguesa nada tenha a dizer sobre como deve o país enfrentar a crise, limitando-se a repetir sempre aquilo que não quer e “aquilo com que quer acabar injustamente”.

“Quem faz de um programa político uma negação, apenas um



exercício de negativismo, de pessimismo e descrença, esse alguém não está a servir o país”, disse, frisando mais uma vez que Portugal precisa de lideranças políticas que apontem para o que pode ser feito e motive os portugueses.

Por isso, defendeu, “quando forem votar nas próximas eleições terão de escolher entre um país que quer avançar e um país que quer recuar, parar”.

“No fundo, o dilema é este: modernizar para preparar o futuro ou, então, parar o país, com medo desse mesmo futuro”, sublinhou.

Depois, José Sócrates falou sobre as “marcas da modernização” que o Governo socialista deixou ao longo dos últimos quatro anos, como a aposta nos cursos profissionais, a criação de programas como o “Nova Oportunidades” ou o Plano Tecnológico, que permitiu a massificação do uso do computador e levou até “todo o território nacional a banda larga”.

Também a aposta nas energias renováveis foi uma área na qual Sócrates evidenciou a marca da modernização do Governo.

“Mas este é um movimento de modernização feito procurando também mais justiça social e não deixar ninguém para trás”, garantiu, referindo as medidas anunciadas recentemente na área da educação: alargamento do uso do passe social escolar até aos 23 anos de idade, aumento das bolsas de estudo para os alunos universitários e aumento em 50% das bolsas de estudo do programa Erasmus.

## Mente aberta

Na abertura deste “Novas Fronteiras da Juventude”, o secretário-geral da Juventude Socialista, Duarte

CAROLINA PATROCÍNIO  
“Num momento de crise grave é nosso dever, jovens, exercer a nossa cidadania”

JOANA PASCOAL  
“É notável o esforço feito nos últimos quatro anos na modernização da Justiça”

LUÍS ALVES  
“Esta sala cheia significa que todos perspectivamos neste espaço uma abertura para bem mais do que apenas um balanço”

TIAGO SOARES  
“Saúdo desde já uma medida como a criação de cinco mil estágios profissionais na Administração Pública”

Cordeiro, sublinhou a ideia de que um debate dedicado às políticas dirigidas aos jovens portugueses “deve servir para o Governo mostrar que tem mente aberta para melhorar as suas propostas neste domínio e ampliar os seus horizontes”.

“Um eleições legislativas para um Governo que se recandidata são sempre uma oportunidade para fazer um balanço e mostrar mente aberta para melhorar. É esse o espírito que vamos apelar que o PS tenha”, declarou o líder JS, para quem o debate com José Sócrates serviu também para fazer um balanço “do que tem sido a actuação do Executivo em relação aos jovens”.

“Houve uma prioridade assumida pelo Governo que foi o combate às fracas qualificações” através de “medidas como o combate ao abandono e insucesso escolar, o reforço da acção social escolar, o programa ‘Novas Oportunidades’, o alargamento [da escolaridade obrigatória] ao 12º ano, o reforço do ensino profissional no secundário”, lembrou o secretário-geral da Juventude Socialista.

Relativamente a outros problemas sentidos pela juventude, nomeadamente “ao nível da segurança no emprego” e de outros “constrangimentos à emancipação dos jovens”, agravados pela actual crise financeira, “houve respostas, mas é possível melhorar”, disse Duarte Cordeiro.

Nas Novas Fronteiras da Juventude participaram também Carolina Patrocínio, Joana Pascoal, presidente da Associação Nacional de Jovens Advogados, Luís Alves, presidente da Federação Nacional de Associações Juvenis, e Tiago Soares, presidente das Organizações Nacionais de Juventude (*ver destaques*).

## OPINIÃO



**MANUEL MOTA**  
Deputado do PS; membro da  
Comissão Parlamentar de  
Educação e Ciência; coordena-  
dor do Grupo de Trabalho  
para o Ensino Superior

*Os peritos da OCDE são da opinião que estas reformas e a política de desenvolvimento centrais são uma base sólida para a continuação de acções que vão melhorar a qualidade, resposta, e relação custo/benefício do ensino superior em Portugal*

## A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

O ENSINO superior foi alvo de uma profunda reforma na X legislatura. Numa análise recentemente feita pelos avaliadores da OCDE, estes demonstram-se “impressionados com as reformas de fundo, com os efeitos a longo prazo e com a rapidez com que estão as mesmas a ser implementadas. Foram tomadas medidas que abrangem praticamente todas as áreas em que há recomendações dos peritos da OCDE. Enquanto os benefícios destas reformas e iniciativas só serão notórios a longo prazo, os peritos da OCDE reconhecem que muitos aspectos positivos são já evidentes. É evidente que o ensino superior em Portugal está em fase de mudança.”

Reconhecem melhorias no acesso e participação mais alargada dos estudantes no ensino superior e a toma de medidas para uma melhoria destes parâmetros ao longo do tempo;

Sobre o ensino politécnico incidiram medidas para um acesso mais alargado, o seu papel foi clarificado, e os programas curriculares foram reestruturados para serem mais adequados ao mercado de trabalho;

As novas inscrições no ensino superior (1º ano, primeira vez) aumentaram cerca de 37% entre 2004/05 e 2008/09, tendo atingido neste ano 115.372 novos estudantes (eram 84.363 em 2004/05). Este aumento foi de 39% no ensino público e de 30% no ensino privado;

O número de alunos (maiores de 23 anos) inscritos pela primeira vez no ensino superior cresceu mais que 13 vezes, tendo atingido 10.489 novas inscrições em 2008 (eram apenas 900 em 2005);

O número de alunos inscritos em cursos de especialização tecnológicos, CET, cresceu cerca de 20 vezes, tendo atingido 5832 novas inscrições em 2008 (eram apenas 294 em 2005);

Mudanças de fundo no sistema de governo das instituições que, quando completamente implementadas, melhorarão a capacidade de resposta das IES às necessidades dos estudantes e a objectivos sociais e económicos. Estas mudanças incluem a participação externa no governo das instituições, a opção das IES para se tornarem fundações públicas de direito privado, e a criação de um conselho consultivo que assiste o ministro no desenvolvimento de estratégias para o sector;

Foram tomadas medidas importantes para melhorar a qualidade da educação ao longo dos três ciclos do Processo de Bolonha e o estabelecimento de uma agência independente de acreditação e avaliação.

Os peritos da OCDE são da opinião que estas reformas e a política de desenvolvimento centrais são uma base sólida para a continuação de acções que vão melhorar a qualidade, resposta, e relação custo/benefício do ensino superior em Portugal. Um processo de reforma educacional é sempre difícil e o caso português não será excepção. Consideram, ainda, que muitos dos agentes estão optimistas em relação a estas reformas, embora outros não se mostrem tão entusiastas.

Os avaliadores da OCDE esperam uma maior dedicação de todos os agentes na implementação destas reformas, que são extremamente importantes para que Portugal atinja objectivos sociais mais abrangentes, particularmente no contexto europeu.

Estas conclusões espelham de forma abrangente a reflexão que fazemos sobre as várias alterações efectuadas, muitas delas ainda no seu início, mas que, como referem os avaliadores da OCDE, potenciam a afirmação da nossa política pública de ensino superior, num contexto de modernização do nosso modelo de desenvolvimento económico e social e de competitividade internacional.

## ACTUALIDADE

# Salto na promoção do desenvolvimento científico

O PLANO Tecnológico está a ser um sucesso na promoção do desenvolvimento científico português, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 22 de Junho, no Porto, numa ocasião na qual referiu também que a ciência “foi o único sector que teve sempre um aumento do investimento público” desde o início da legislatura.

“O investimento em ciência, que foi de 1,2 por cento do PIB, foi o único do orçamento de Estado que sempre teve um progresso positivo e assinalável em termos de investimento público nacional”, declarou José Sócrates, na sessão de abertura da conferência da Carnegie Mellon/Portugal “Economy 3.0: Re-boot and Re-connect”.

Sócrates venceu igualmente que o aumento aconteceu mesmo nos três primeiros anos do seu Governo, marcados pelo esforço de contenção orçamental.

A prova do impacto do Plano Tecnológico na “mudança de paradigma” científico e tecnológico em Portugal foi, segundo o primeiro-ministro, a “única boa notícia” que teve no domingo das eleições europeias: um boicote em Castanheira do Vouga porque a freguesia não tinha acesso à banda larga.

“Não há hoje nenhuma freguesia que aceite ser excluída do acesso à banda larga e isto diz muito do nosso país”, sustentou.

Como principais indicadores do progresso científico português o primeiro-ministro apontou o objectivo de, em 2009, existirem no país “seis investigadores a tempo inteiro por cada mil pessoas da população activa”, o que permitirá a Portugal “igualar ou superar a média europeia”.

Depois, José Sócrates apontou



que entre 2005 e 2007 duplicou o número de empresas com actividades de investigação e desenvolvimento, tendo, pela primeira vez, o sector empresarial privado investido mais do que o sector público nesta área.

“Portugal é, porventura, dos países europeus que tem mais mulheres [44%] a trabalhar na investigação científica”, continuou Sócrates, destacando ainda o “progresso” de 18% registado na produção científica, quer a nível de artigos publicados em revistas científicas, quer com a multiplicação por dois e por três do número de patentes registadas na Europa e nos EUA, respectivamente.

Segundo o primeiro-ministro, para além do “progresso muito grande” registado a nível científico, é de realçar o “salto” dado na área tecnológica.

“Mais de 70% das declarações de IRS foram entregues este ano por via electrónica, o que faz de Portugal o país do mundo que mais utiliza a Internet para entre-

gar os seus impostos”, apontou.

Paralelamente, afirmou Sócrates, Portugal é “o terceiro país da Europa em termos de utilização do ‘e-government’”, com “todo o país hoje coberto por infra-estruturas de banda larga” e em curso “mais investimento na construção de uma rede tecnológica de alta velocidade”.

“Todas as escolas portuguesas estão ligadas em banda larga e, até ao final do Verão, em alta velocidade”, exemplificou, referindo ainda a distribuição de computadores a mais de um milhão de pessoas, no âmbito do programa e-escolas e o facto de Portugal ser “o único país do mundo em que as crianças dos seis aos dez anos têm acesso a computadores”.

“Isto vai ter como consequência uma sociedade mais preparada para lidar com as tecnologias da informação e comunicação”, sendo o “progresso científico, o conhecimento, a tecnologia e a inovação” áreas “onde a vale a pena lutar”, concluiu José Sócrates.

## Primeira fase de exames do secundário com balanço positivo

A FORMA como decorreu a primeira fase dos exames nacionais do ensino secundário foi motivo de satisfação para a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, que não hesitou em fazer um balanço “positivo” do processo, assinalando o profissionalismo dos agentes envolvidos.

“Gostava de realçar o facto de esta época de exames estar a correr tão bem, com tanta normalidade como se espera”, disse a governante, que falava no final de um recente encontro com Kirsty Sword-Gusmão, mulher do primeiro-ministro de Timor-Leste.

Numa ocasião em que também fez questão de “salientar o profissionalismo das escolas, dos professores, dos serviços do Ministério da Educação (ME) e de



outras instituições que apoiam o ministério na realização desta operação de grande dimensão”, Maria de Lurdes Rodrigues reconheceu todo o trabalho realizado até agora, descrevendo-o como

sendo de “grande profissionalismo e dedicação”

“O balanço que faço é positivo”, concluiu a ministra.

Refira-se que a primeira fase dos exames nacionais do ensino secundário terminou com a realização das provas de Matemática, para as quais se inscreveram cerca de 57 mil estudantes, sendo as pautas afixadas no próximo dia 7 de Julho.

As classificações das 27 provas que se realizaram nesta primeira fase, que arrancou a 16 de Junho, são divulgadas nessa mesma data.

Já as notas dos exames de Matemática e Língua Portuguesa do 9.º ano são conhecidas a 13 de Julho.

A segunda fase dos exames decorre de 13 a 16 de Julho, com afixação das pautas dia 30.



# Sócrates anuncia reforço dos apoios sociais aos alunos do ensino superior

**No âmbito da política de generalização da frequência do ensino superior que o Governo definiu como um dos objectivos centrais da sua agenda educativa, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou, no dia 24, o reforço dos apoios sociais aos estudantes universitários, que produzirão efeitos já a partir do próximo mês de Setembro. O aumento do valor de todas as bolsas de acção social escolar e o alargamento do passe escolar aos jovens até aos 23 anos contam-se entre as medidas destinadas a ajudar os alunos de famílias de menores rendimentos.**

J. C. CASTELO BRANCO

SÓCRATES, que falava no último debate quinzenal da presente legislatura, dedicado ao tema dos “apoios aos estudantes”, referiu que a primeira medida que o Governo vai tomar “é o aumento extraordinário, em 10%, do valor de todas as bolsas de acção social escolar, no ensino superior”, sendo que “no caso dos bolseiros deslocados, esse aumento será de 15%”.

Esta medida, frisou o primeiro-ministro, “beneficia um em cada cinco estudantes, num total superior a 73 mil, e o aumento anual da bolsa poderá chegar, nos estudantes mais carenciados que estejam deslocados da sua família, aos 700 euros”.

Por outro lado, adiantou José Sócrates, “os estudantes bolseiros da acção social que se encontrem em mobilidade internacional ao abrigo do programa Erasmus vêem aumentado em 50% o valor da sua bolsa Erasmus, mantendo totalmente o

direito à bolsa de acção social durante a estada no estrangeiro”.

A segunda medida anunciada pelo chefe do Governo foi “o alargamento do passe escolar aos jovens até aos 23 anos”, a qual permitirá “a redução em 50% do preço da assinatura mensal nos transportes urbanos, que hoje abrange os alunos até aos 18 anos, passará a beneficiar também os estudantes do ensino superior, qualquer que seja a instituição, pública ou privada, que frequentem”.

Trata-se, segundo Sócrates, “de uma medida que apoia as famílias em despesas essenciais, ao mesmo tempo que incentiva o uso dos transportes públicos”.

Quanto à terceira medida que diz respeito à acção social indirecta, ou seja, às cantinas e residências, o primeiro-ministro afirmou que, por um lado, “será excepcionalmente garantido que não haverá, no próximo ano lectivo, qualquer aumento do preço mínimo das refeições e do preço do alojamento”, e, por outro

lado, será lançado, em colaboração com os municípios interessados, “um programa de reforço do investimento, em regime de concessão, em residências universitárias”.

E explicou que este programa tem um duplo objectivo: “Reforçar o número de lugares disponíveis para estudantes deslocados” e “contribuir para qualificar, com a presença de jovens estudantes, as zonas históricas das cidades”.

Na sua intervenção, Sócrates sublinhou que os novos apoios aos estudantes inscrevem-se numa das linhas de força da acção deste Governo, que é “apoiar o investimento dos jovens e das famílias na educação”.

Por isso, lembrou que duplicou o número de beneficiários da acção social escolar no ensino básico e secundário e foi criada a nova bolsa de estudos para frequência das escolas secundárias, que se aplicará, já a partir de Setembro, aos estudantes inscritos no 10.º ano de escolaridade.

## Investimento na qualificação

Referindo que “estas medidas representam encargos para o Orçamento de Estado”, o primeiro-ministro disse que “não são despesa supérflua ou inútil; pelo contrário, são investimento na qualificação, no capital humano, que é a maior riqueza de um país”.

Em tempos de crise, Sócrates considerou que “é ainda mais necessário fazer escolhas” e a escolha do Governo, frisou, está “em novos

apoios aos estudantes do ensino superior”, de forma a “que ninguém fique excluído, por razões económicas, da frequência das universidades e politécnicos”.

Na sua intervenção, o chefe do Governo falou ainda das reformas no ensino superior lançadas durante a presente legislatura e dos resultados alcançados, sublinhando que “foi possível, nas condições de restrição orçamental de todos conhecidas, fazer crescer o sistema de ensino superior e melhorar a sua eficiência”. E salientou “quatro indicadores essenciais, em outras tantas dimensões críticas para o futuro do país”.

Em primeiro lugar, disse, “cresceu o número de novos inscritos no ensino superior”, adiantando que no presente ano lectivo, são 115 mil os inscritos pela primeira vez no primeiro ano de um curso superior, “o que é o valor mais alto da última década”.

Em segundo lugar, afirmou José Sócrates, “aumentaram os diplomados no nosso ensino superior”, sendo que “no conjunto dos ciclos de estudos e com especial importância nos doutoramentos, são agora cerca de 1500 os novos doutoramentos realizados e reconhecidos, anualmente, pelas universidades portuguesas”.

Em terceiro lugar, referiu, “investimos nas áreas de formação em que Portugal estava mais carenciado e, em particular, nas ciências da saúde”.

Assim, lembrou, “criámos um novo curso de medicina, na Universidade do Algarve, e aumentámos significa-

tivamente o número de vagas para os cursos de medicina”.

Entre 2004 e 2008, recordou, “estas vagas cresceram 36%, dando deste modo um passo decisivo para resolver o problema da falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde”.

Finalmente, o primeiro-ministro considerou que “melhorou substancialmente a qualificação do corpo docente e de investigação”, afirmando ainda que “65% dos docentes das universidades públicas possuem o grau de doutor, o que é a proporção mais alta alguma vez atingida. O número de investigadores duplicou em dez anos. E quase metade dos investigadores são mulheres, o que coloca Portugal numa das posições mais favoráveis no conjunto dos países desenvolvidos”.

Pela bancada socialista interveio o seu líder, Alberto Martins, que elogiou a aposta do Governo no reforço da acção social destinada aos alunos do ensino superior e criticou a direita, que acusou de querer acabar com o investimento público, defender um Estado mínimo reduzido às funções de soberania e uma política de braços caídos face à crise mundial.

Quanto aos partidos à esquerda do PS, Alberto Martins criticou as suas propostas porque não têm em conta as limitações financeiras do Estado, numa altura em que não há crescimento económico.

E concluiu que “nada do que defende a oposição tem uma perspectiva consistente para tirar o país das dificuldades provocadas pela crise mundial”.

Fábrica da Pescanova em Mira

# Inaugurado o maior empreendimento de aquacultura de pregado do mundo

“É COM estes investimentos que se cria um país melhor”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 21, em Mira, na inauguração da Acuinoва, a qual vai produzir pregado, que envolveu um investimento de 140 milhões de euros, irá criar 800 postos de trabalho e é o maior empreendimento de aquacultura de pregado do mundo.

Sócrates disse que o empreendimento se insere “na linha consistente de promoção do investimento estrangeiro”, seguida durante a legislatura, acrescentando que “contra ventos e marés e apesar de algumas contrariedades, o empreendimento aqui está. Eu sei o que passámos para estarmos aqui hoje: foi precisa determinação, empenho e confiança”.

O primeiro-ministro teve também palavras de elogio para o grupo Pescanova pela forma como se aplicou, encurtando os prazos para realizar o investimento “de que Portugal precisa”, realçando que esta unidade industrial vai ajudar a dinamizar a investigação e desenvolvimento, em ligação com a rede de universidades, criar



emprego qualificado e aumentar as exportações.

Segundo o primeiro-ministro, trata-se de um investimento modernizador, que inaugura a formação de um “cluster” agrolimentar, conferindo a Portugal “dimensão e escala na aquacultura

que vai subir de importância”.

Já o ministro da Agricultura e Pescas, Jaime Silva, fez uma referência à polémica da escolha da localização, afirmando que não podia ser ignorado tratar-se de uma área abrangida pela rede Natura 2000, mas que “por isso

foram tomadas precauções particulares”.

“Foi o que fizemos. Houve que encontrar a localização certa e esta responde a essas exigências ambientais”, disse.

Por sua vez, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho,

classificou o empreendimento como “uma bandeira pelo que significa em termos científicos e tecnológicos” importante para o progresso e desenvolvimento do país.

Para Manuel Pinho, são investimentos nos recursos de que o país dispõe, como o mar, o sol e o vento, que podem mudar o perfil da economia.

Manuel Sousa-Faro, presidente do grupo Pescanova, descreveu o empreendimento de Mira como “a maior unidade de aquacultura de pregado do mundo”, sublinhando que esta vai trazer “emprego, bem-estar, desenvolvimento e progresso” local.

João Reigota, presidente da Câmara de Mira, destacou a importância da criação da nova unidade no concelho, pedindo uma ovação para José Sócrates e elogiando o primeiro-ministro “por permitir que a Pescanova viesse para Mira”.

A nova unidade da Acuinoва prevê produzir, desde já, 7000 toneladas de pregado por ano, sendo que cerca de 99% será destinada ao mercado comunitário e à exportação para países terceiros.

## Governo comparticipa projectos de associações da Guarda



NO ÂMBITO do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, o Governo entregou cerca de 223 mil euros a associações e instituições do distrito da Guarda.

A verba protocolada numa cerimónia realizada, no dia 24, no salão nobre do Governo Civil da Guarda, presidida pelo secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, corresponde a um investimento global que ascende a 376 mil euros.

O Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva destina-se a instituições privadas sem fins lucrativos e financia projectos de cariz religioso, desportivo, cultural e recreativo, cujos montantes de investimento não excedam os 100 mil euros. Os protocolos assinados na Guarda contemplam cinco instituições de quatro concelhos do distrito.

Para o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, os protocolos celebrados “permitem dar novas perspectivas de actuação às associações e às instituições que os promovem”.

“Se são importantes para a região investimentos já em curso como o IP2 entre Celoriz

co da Beira e Foz Côa ou o Hospital regional, estes têm uma dimensão financeira diferente, mas correspondem àquilo que é a obrigação de intensificar as políticas públicas num contexto de crise”, disse Eduardo Cabrita.

Maria do Carmo Borges, governadora civil da Guarda, disse na cerimónia que os investimentos apoiados pelo Governo são “pequenas obras” que “criam postos de trabalho, requalificam património e dão nova vida às freguesias” rurais.

O Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização colectiva vai financiar este ano 73 projectos nos 18 distritos do país, num total de mais de seis milhões de euros de investimento.

Entretanto, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local também presidiu no dia 24 à assinatura de quatro protocolos no distrito de Castelo Branco referentes a instituições dos concelhos de Oleiros, Vila Velha de Ródão, Penamacor e Castelo Branco, com uma comparticipação total de cerca de 198 mil euros, e seis no distrito de Viseu, com a comparticipação do Estado de cerca de 380 mil euros.

## Modernização da Linha da Beira Baixa



“O GOVERNO está empenhado” tanto em grandes como em pequenas obras ferroviárias, mas “para comentadores e políticos é mais sexy falar só de algumas” como o TGV, afirmou a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, no dia 23, no Fundão, onde presidiu ao lançamento das obras de modernização da Linha da Beira Baixa, entre Vale Prazeres e Covilhã, e assinou um protocolo para supressão de passagens de nível.

“Noutros tempos falava-se em encerramento de linhas férreas, hoje há uma política de manutenção de linhas, construção de novas e possível reabertura de outras”, afirmou Ana Paula Vitorino, lamentando que “apesar de todos os dias serem lançadas novas obras”, infelizmente se ouvir “falar apenas das mesmas, como se só essas fossem importantes para a vida dos portugueses”.

“Não. São todas importantes. Quer eu pessoalmente, quer a Refer, quer a Rave, tanto empenho pomos na concretização do TGV, como na eliminação de passagens de nível. Todas elas são fundamentais para o nosso país”, sublinhou.

A secretária de Estado frisou que, “todos os anos, a Refer investe quase 500 milhões de euros em ferrovia tradicional”.

A modernização da Linha da Beira Baixa entre Vale Prazeres e a Covilhã (33 quilómetros) vai custar 26,9 milhões de euros e inclui electrificação, correcção de traçado e remodelação das estações do Fundão, Tortosendo e Covilhã. As obras devem estar concluídas

no primeiro trimestre de 2011.

Nessa altura, ficará por requalificar o troço entre Covilhã e Guarda, cuja modernização está em curso e deve estar concluída até final de 2012, com electrificação e ligação à plataforma logística da Guarda.

As obras prometem “diminuir substancialmente o tempo de viagem e garantir mais conforto”, sublinhou Ana Paula Vitorino, afirmando-se convicta de que o comboio será um transporte de futuro.

No Fundão, a supressão das nove passagens de nível da zona urbana deve estar concluída no primeiro trimestre de 2011 e será acompanhada pela construção da circular urbana da cidade.

Ana Paula Vitorino destacou que nos últimos nove anos foram suprimidas cerca de 1300 passagens de nível, melhorando ainda as condições de segurança em cerca de outras 600, com um investimento de 269 milhões de euros.

Após a cerimónia no Fundão, a secretária de Estado dos Transportes assinou ainda na Guarda um protocolo com a câmara local para supressão de duas passagens de nível (Barracão e Galegos) e reclassificação de outras três situações em meio rural.

## Carlos César apela ao investimento na área social

NA SEQUÊNCIA dos “novos e generosos” sistemas de apoio que estão disponíveis pelo Governo Regional dos Açores, Carlos César apelou ao investimento privado na área social.

Para o presidente do Executivo açoriano, estes sistemas de apoio ao investimento privado na rede de equipamentos sociais constituem “um desafio para os particulares assumirem a gestão de respostas” em áreas como a infância e a terceira idade.

Nesse sentido, revelou que o Governo Regional vai assinar um contrato com uma empresa privada, que permitirá disponibilizar de imediato cerca de seis dezenas de vagas para apoio domiciliário a idosos.

Nesta área de apoio social, Carlos César anunciou ainda para o segundo semestre deste ano a abertura de um lar privado com capacidade para acolher 50 idosos, a que se juntará, em 2010, um projecto que inclui 26 residências assistidas e 14 quartos privados.

Carlos César falava na cerimónia de inauguração do Centro de Acolhimento e Atelier de Tempos Livres da Obra Social Madre Maria Clara, na Povoação, equipamento que recebeu um apoio de 850 mil euros do Governo Regional.

O Executivo açoriano vai ainda assegurar um financiamento anual de 224 mil euros para o financiamento da instituição.



De salientar que a rede regional de equipamentos sociais abrange actualmente 56 creches, 56 jardins-de-infância e 120 centros de actividades de tempos livres, além de nove ludotecas itinerantes, seis centros de animação de rua e seis centros de desenvolvimento e inclusão juvenil.

Nesta rede estão ainda integradas 64 anos de cinco creches familiares e 45 centros de acolhimento temporário.

Segundo Carlos César, nos próximos três anos, serão construídos sete novos equipamentos de apoio à infância, que permitirão criar 350 novos lugares nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico, Faial e Graciosa.

Relativamente às actividades de tempos livres, o presidente do Executivo açoriano estima que, no final de 2011, estejam a funcionar 135 equipamentos em todo o arquipélago.

Na intervenção que proferiu nesta cerimónia, Carlos César revelou ainda que o Executivo pretende apostar no programa de rastreio precoce de crianças com necessidades especiais ao nível do desenvolvimento, educação e saúde.

“Através deste programa, já foram rastreadas 49 crianças, para as quais foram realizados planos de intervenção precoce em parceria com os pais e educadores”, afirmou.

## GOVERNO DOS AÇORES AVANÇA COM MEDIDAS DE COMBATE À CRISE

O PRESIDENTE do Governo da Região Autónoma dos Açores, Carlos César, presidiu à cerimónia de assinatura de dois protocolos celebrados entre o Executivo Regional e uma dezena de instituições financeiras, iniciativa que se junta a um conjunto de outras



que o Executivo açoriano tem vindo a realizar, tendo em vista o combate aos efeitos da crise económica e financeira internacional na região.

Tratam-se de dois projectos, um “Programa de Apoio à Aquisição de Habitação” e uma “Linha de Crédito Açores/Empresas”, que, no primeiro caso, visam promover e facilitar o acesso ao crédito bancário para aquisição de habitação própria e permanente, e, no outro caso, uma iniciativa que prevê injectar mais de vinte milhões de euros nas empresas açorianas de forma a ajudá-las a liquidarem as suas dívidas, se contraídas perante outras empresas ou entidades até 31 de Maio deste ano.

Como salientou Carlos César, criam-se, deste modo, as condições para que as instituições bancárias retomem a concessão de crédito à habitação às famílias que, devido ao cálculo mais exigente da taxa de esforço, passaram a ser excluídas do acesso ao crédito.

Para o líder do Governo Regional, “não devemos, porém, contar somente com os bancos neste processo”.

Como sublinhou, o Governo, com esta sua acção, está a criar “mais uma ferramenta para a dinamização do mercado”, uma iniciativa que “pode e deve contar com a participação e o envolvimento activo de outras entidades e organizações”, designadamente, construtores, promotores imobiliários, mediadores ou particulares, entidades que trabalhando em conjunto, “estão em melhores condições para poderem promover esta nova iniciativa do Executivo Regional”.

Quanto ao protocolo “Açores/Empresas”, que injecta mais de 20 milhões de euros na economia privada, o Governo passa a garantir, através da participação num Fundo de Contra Garantia Mútua, até 75% do financiamento concedido a todas as empresas em condições de se candidatarem a esta ajuda, “independentemente do número de trabalhadores ou do volume de negócios”. R.S.A.

## PS/Açores quer debate sério sobre a abstenção

O PARTIDO Socialista dos Açores desafiou os restantes partidos a darem o seu contributo para o debate sobre a abstenção no arquipélago, alegando que, quem se recusa a analisar esta matéria, de forma séria, ficará com o ónus “pela baixa participação eleitoral”.

Os socialistas açorianos apelam a todos os partidos, “dentro e fora da Assembleia Legislativa”, para que dêem a sua cooperação na discussão deste tema, alertando o coordenador da Comissão Permanente do PS/Açores, André Bradford, num encontro realizado na cidade da Horta, que num cenário, como se verificou nos Açores, onde se registou 80% de abstenções nas eleições para o Parlamento Europeu, “seria inevitável que um debate sobre este assunto surgisse agora”.

Para o PS/Açores, não é “nem saudável nem normal” que 35 anos depois da implantação do voto livre, “se verifiquem níveis de abstenção crescentes nas diversas eleições”.



O voto obrigatório constitui pois, na opinião do PS/Açores, uma alternativa testada e instituída em diversas democracias no mundo, verificando-se neste caso, uma participação eleitoral cerca de 30% acima dos restantes países onde o voto não é obrigatório.

O dirigente socialista referiu, contudo, que o PS/Açores não está a defender a institucionaliza-

ção do voto obrigatório, “sem que haja primeiro uma discussão e um debate alargado”, mas apenas a dar um contributo para este debate urgente possa surgir, sublinhando André Bradford que a abstenção, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, não teria chegado aos 50% nos Açores, “caso o sistema do voto obrigatório estivesse instituído”. R.S.A.

## PARLAMENTO REGIONAL APROVA INICIATIVAS DO PS



A ASSEMBLEIA Legislativa dos Açores aprovou, por unanimidade, um diploma socialista que prevê a remoção de amianto em equipamentos escolares, incluindo creches e jardins-de-infância, lares de idosos e em equipamentos de saúde e desporto.

O amianto, como foi recordado pela parlamentar do PS, “constitui um dos principais desafios para a saúde pública ao nível mundial, cujos efeitos surgem, na maioria dos casos, vários anos depois das situações de exposição”.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS/Açores viu aprovado no Parlamento, apenas com a abstenção do PSD, um projecto de resolução que recomenda ao Executivo açoriano a implementação de um passe social combinado para os transportes públicos.

Com a aprovação deste projecto de resolução do PS, para além dos benefícios evidentes ao nível das vantagens ambientais, vai ser possível criar um tarifário mais justo para os açorianos que utilizam os transportes públicos.

Segundo o deputado socialista açoriano Alexandre Pascoal, o projecto de resolução agora aprovado recomenda, por outro lado, ao Governo Regional que sejam melhorados os percursos e horários dos transportes públicos colectivos, “assim como uma melhor e mais adequada informação aos utentes”. R.S.A.

# Devolver o charme a Cascais

**Fomentar a reabilitação da habitação a preços acessíveis, criar uma rede de recolha e tratamento de óleos usados, incentivar o usufruto do parque natural, solucionar o caos do trânsito, construir mais creches e estruturas de apoio a idosos, reformular o autódromo do Estoril, no fundo, “devolver a vaidade de viver em Cascais”, são estas algumas das mais importantes propostas para o concelho adiantadas por Leonor Coutinho na cerimónia pública de apresentação da sua candidatura autárquica.**

MARY RODRIGUES

“HOJE começa a viagem de quem acredita que é possível fazer melhor em Cascais. Esta é a razão da minha candidatura, esse é o meu compromisso”, afirmou Leonor Coutinho, perante largas dezenas de apoiantes que se juntaram, no Guincho, ao final da tarde do dia 23 de Junho, e que também a ouviram garantir que se empenhará numa campanha positiva, apresentando “projectos concretos” até às eleições de 11 de Outubro.

Leonor Coutinho não deixou, porém, de fazer as necessárias críticas ao actual presidente da autarquia, “um líder distante, um político institucional”, segundo considerou

Assim, lamentou algumas das opções do Executivo laranja de António Capucho, como “a construção completamente desproporcionada” de várias torres de habitação no sítio do antigo hotel Estoril Sol.

“O urbanismo não melhorou. O trânsito piorou. O tratamento dos lixos revelou-se trágico do ponto de vista ambiental e custa o dobro aos munícipes do que o sistema de queima da Valorsul”, referiu, lembrando que para dar conta destas lamentáveis realidades “basta prestar

atenção às queixas dos que residem no concelho”.

Mas, “porque o concelho ainda tem uma qualidade de vida invejável” que precisa de ser valorizada, a candidata, que acredita que Cascais pode reconquistar o seu “charme”, considerou prioritária a reabilitação urbana, sustentando que ela constitui “um dos trunfos para a excelência deste destino, tanto para o turismo, como para a criação de emprego qualificado”.

A coesão social entre todas as freguesias do concelho, o apoio às classes médias e a gestão do trânsito também foram preocupações expressas por Leonor Coutinho, para quem o município não pode colar-se “pomposamente às realizações do Governo”.

Determinada a apoiar mais as escolas públicas e privadas, promover o desporto e a cultura, a candidata socialista destacou como exemplo lamentável o facto do Estoril Open se realizar no Jamor.

Depois, assegurou que com a sua liderança no Executivo municipal, Cascais não só promoverá diversos encontros desportivos, mas apostará também na promoção e na inovação na área da saúde.

A terminar a sua intervenção



muito aplaudida, Leonor Coutinho esclareceu não ser agora o momento de apresentarem um programa aos cascalenses.

“Estarei sempre disponível, ao longo destes três meses que nos separam das eleições autárquicas, para ouvir os agentes económicos, as instituições, as associações de moradores e outros parceiros”, disse, garantindo de seguida que apresentará “projectos concretos que ilustrem o modo como pretendemos governar Cascais”.

## A marca inovadora de Leonor

Na sessão de apresentação da sua candidatura, Leonor Coutinho recebeu mensagens de apoio de José Sócrates e de Eduardo Ferro Rodrigues, que foram lidas pelo líder da UGT, camarada João Proença, que é cabeça-de-lista à Assembleia Municipal de Cascais.

O secretário-geral do PS elogiou

a coragem da candidata ao aceitar um grande desafio, manifestando ao mesmo tempo a convicção de que a candidatura socialista irá mobilizar as forças vivas do concelho.

Sócrates terminou a sua mensagem vincando a experiência e a preparação de Leonor Coutinho para liderar um concelho “multifacetado”, que precisa de “uma grande ambição para ganhar o protagonismo que merece”.

Também o camarada Ferro Rodrigues exprimiu votos de sucesso à candidata socialista, reconhecendo igualmente as suas “grandes qualidades pessoais e políticas”, bem como a sua “sensibilidade social” que, referiu, “lhe será útil no trabalho autárquico”.

Antes de passar a palavra ao mandatário da candidatura, João Cravinho, o cabeça-de-lista à Assembleia Municipal disse que Cascais é um concelho com “grandes desigualdades sociais e territoriais”, que precisa

de uma “grande candidata” como é Leonor Coutinho.

Também João Cravinho frisou que Cascais é um concelho de “problemas adiados”, salientando que a candidata do PS tem a força necessária para fazer face, com sucesso, a este novo desafio que aceitou.

“Mulher de ideias concretas, práticas e inovadoras”, Leonor Coutinho é também, nas palavras de Cravinho, uma “excelente profissional”, de “experiência multifacetada”, com uma personalidade marcada pela “lealdade e pela solidariedade total”.

Por sua vez, o camarada Jorge Coelho, há muito afastado das lides político-partidárias, começou por explicar a sua presença perante aquela vasta assistência sublinhando que “é impossível dizer que não à Leonor”.

Na sua intervenção, Jorge Coelho sustentou que tudo o tem a ver com a “senhora passe social” tem a marca de uma maior qualidade de vida para as pessoas.

Sublinhando que a candidata socialista não é adepta da política do “toca e foge”, decreveu Leonor como “uma mulher com uma honestidade à prova de bala” por quem, afirmou categórico, não hesitaria em pôr as mãos no fogo, porque conhece bem o seu percurso político e profissional, que em muitos casos andou a par com o dele próprio.

Refira-se que na sessão de apresentação pública da candidatura de Leonor Coutinho à presidência da Câmara Municipal de Cascais marcaram presença, entre outros, Luís Nazaré, Eduardo Cabrita, Paulo Campos, José Lamego, a governadora civil de Lisboa, Dalila Araújo, e o antigo bastonário da Ordem dos Médicos Germano Sousa.

## III Universidade de Verão do PS/Setúbal Partidos devem ter ideologias consistentes

AS INTERVENÇÕES dos oradores da 3ª edição da Universidade de Verão da Federação do PS/Setúbal, subordinada ao tema “Encontro de gerações”, foram concordantes na relevância determinante dos partidos políticos em democracia e na importância do suporte que devem ter em ideologias consistentes e diferenciadas.

A iniciativa, que decorreu, no dia 27, na sede do IPJ – Instituto Português da Juventude, foi moderada pelo jornalista César Borge, cabendo ao ex-Presidente da República Mário Soares, a Pedro Adão e Silva, sociólogo, docente universitário e ex-dirigente nacional do PS, a Duarte Cordeiro, líder da JS, e à deputada socialista Paula de Deus, que substituiu a psicóloga e docente universitária Joana Amaral Dias, por impedimento de última hora, as intervenções de fundo.

Em declarações ao “Acção Socialista” sobre o balanço dos trabalhos, o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, disse que “os resultados das últimas eleições para o Parlamento Europeu mobilizaram as atenções, bem como as causas do paradoxo



dos partidos socialistas europeus terem sido na sua esmagadora maioria saídos derrotados delas, após a falência do neoliberalismo”.

Vítor Ramalho referiu ainda que, “como não podia deixar de suceder, houve um

largo consenso sobre as razões desta ocorrência, justificadas por muitas das políticas seguidas, que não se diferenciam das políticas dos partidos da direita. Daí a responsabilidade que os partidos

socialistas devem assumir, retirando as consequências”.

O presidente da Federação de Setúbal frisou que “esta posição não se apartou também da análise do crescente papel dos sectores financeiros e económicos sobre o político e a influência nos ‘media’, subalternizando a política, facto que conjugado com a acção de muitos políticos com os negócios, conduziu à desmotivação, que a crise agravou. Por essa razão, há que retornar à política, à transparência, aos valores e aos princípios e no que aos partidos socialistas respeita à reconquista das causas”.

Quer os oradores como os interpelantes consideraram que o futuro das sociedades “assentará no reforço da qualificação, da importância dos objectivos do papel do Estado, da efectiva igualdade de oportunidades, e da justa repartição da riqueza, o que implica maior aprofundamento das liberdades e com estas da democracia”.

Nesta edição da Universidade de Verão os participantes levantaram inúmeras questões, evidenciando dessa forma a importância do debate.



Ana Gomes, candidata a Sintra

# “Precisamos de uma Câmara com liderança”

**“Sintra precisa que a sua câmara promova activamente políticas sociais de habitação, de saúde e de educação, que invista na requalificação do parque escolar e que estimule a fixação dos jovens no concelho”, sustenta Ana Gomes em entrevista ao “Acção Socialista”. Caso ganhe as eleições autárquicas, a candidata do PS compromete-se a dinamizar a actividade económica, a requalificar o espaço urbano e a investir em políticas e equipamentos sociais.**

**O que a levou a aceitar o estimulante, mas difícil, desafio de ser a candidata do PS à Câmara de Sintra?**

Primeiro, a vontade de fazer a diferença por Sintra, pelas pessoas que vivem, trabalham ou estudam em Sintra e que, como eu, vibram por Sintra e sentem que o concelho está estagnado, sem orientação estratégica, incapaz de fazer face aos desafios do quotidiano e da modernidade, sem liderança para aproveitar e valorizar o seu fabuloso potencial.

Em segundo lugar, a minha vontade de dar a cara pelo PS em Sintra, onde escolhi viver há 15 anos, correspondendo assim ao convite que me foi feito pelo secretário-geral do PS, José Sócrates.

E, finalmente, pelo desafio pessoal de quem anda há mais de trinta anos pelo mundo fora a procurar ser útil a muita gente, a muitos povos que precisam de amigos. Alguém que, nesta fase da vida, se diz: porque não hei-de tentar ser útil à comunidade que está mais perto e que é a minha?

**Que prioridades pretende verter no programa socialista a apresentar ao concelho?**

Em todas as áreas posso identificar necessidades prioritárias para Sintra. Mas vivemos tempos de crise global sem precedentes, cujo impacto em Sintra se sente sobretudo ao nível do desemprego. A câmara tem, por isso, de ajudar a criar oportunidades de emprego, tirando partido e investindo na transição para uma economia ecologicamente sustentável, baseada no conhecimento e inovação e apostando na eficiência energética, no uso racional da água e nas energias renováveis. E, para isso, Sintra tem de ter pólos tecnológicos para articular o seu tecido empresarial com os estabelecimentos universitários e de investigação que tem todas as condições para albergar.

Por outro lado, Sintra precisa que a sua câmara promova activamente políticas sociais de habitação, de saúde e de educação, que invista na requalificação do parque escolar e que estimule a fixação dos jovens no concelho. Outra prioridade é a revisão do PDM e de outros múltiplos planos que se sobrepõem e contradizem.

**Quais são as suas ideias para devolver a qualidade de vida aos munícipes de Sintra?**

Para recuperar qualidade de vida dos sintrenses e a fazer progredir tenho muitas ideias, mas durante a campanha, em contacto com os candidatos e candidatas do PS às juntas de freguesia e com os eleitores de Sintra, elas vão decerto multiplicar-se. Poderei resumir dizendo que se articulam em torno de três eixos principais: primeiro, a dinamização económica com sustentabilidade ecológica e criação de emprego de qualidade – e isso passa por uma política verde a sério para Sintra, apostando na eficiência energética, na eficiência do uso da água e na generalização das energias renováveis, nos edifícios e nos transportes; segundo, o ordenamento do território e a requalificação do espaço urbano; e, terceiro, o investimento em políticas e equipamentos sociais de necessidade prioritária (o hospital, centros de saúde, lares e centros de dia para idosos, creches, requalificação do parque escolar, apoio a associações desportivas e recreativas integradoras dos jovens, etc).

**No âmbito das competências da câmara, que políticas vai desenvolver para inverter o clima de insegurança, nomeadamente ao nível social e de ordenamento do território?**

A inércia da câmara é conflagradora nesta matéria. A câmara não deveria conformar-se com o sentimento de insegurança dos munícipes e não deveria alijar responsabilidades. Olhe-se só para a Polícia Municipal – quando foi criada estava previsto que tivesse 200 membros; hoje não chegam a 30. Não defendo políticas securitárias, mas sim que a câmara actue no sentido de garantir policiamento de proximidade nas zonas de risco (escolas, estações de comboio, centros comerciais, etc) iluminação adequada, requalificação do espaço urbano, estacionamento ordenado e os equipamentos e políticas sociais necessárias para integrar os jovens e outros segmentos populacionais em risco de cair na marginalidade e na delinquência.

**O que podem esperar os munícipes, em especial os mais desfavorecidos, de Ana Gomes**



**presidente da câmara?**

Lutar contra a pobreza, a exclusão e todo o tipo de discriminação sempre foram preocupações minhas. Por isso, sou socialista. Os mais desfavorecidos – sejam idosos, crianças, jovens, desempregados, vítimas de violência, doméstica, deficientes – podem contar com mais do que a minha solidariedade. Podem contar com o meu empenhamento para que a câmara actue no sentido de os ajudar pessoalmente e de tudo fazer para resolver os problemas estruturais que estão na origem da situação de desfavorecimento em que se acham.

**Como pensa travar a construção desenfreada que continua a proliferar sem regras em Sintra e os lóbis a ela associados?**

Para defendermos o património edificado e natural, precisamos antes de mais de uma câmara com liderança, capaz de articular a multiplicidade de entidades implicadas no licenciamento e capaz de remover os bloqueamentos que fazem persistir a desorganização urbanística e a estagnação económica.

A revisão do PDM é, neste aspecto, uma prioridade. E para ser eficaz essa revisão tem de contar com a consulta e ampla participação dos sintrenses.

Na presidência da Câmara de Sintra não enjetearei responsabilidades. Estarei lá para as assumir, incluindo no que respeita ao urbanismo e licenciamento, justamente

para evitar a construção desenfreada e desordenada. E para isso vou saber rodear-me de pessoas competentes e sérias, para me aconselharem tecnicamente.

**Sintra tem graves problemas na compatibilização do desenvolvimento urbano com a protecção ambiental. Qual é a sua perspectiva para resolver esses problemas?**

Estou convicta que essa compatibilização oferece, justamente, tremendas oportunidades económicas e de criação de emprego. Não é um problema, é a solução. E por isso precisamos de uma política camarária que tenha o objetivo de tornar Sintra verde a sério, apostando na eficiência energética e na eficiência do uso da água. Precisamos de uma câmara militante no aproveitamento das energias renováveis, generalizando-as nos edifícios e na rede de transportes, o que não deixará de ter consequências nas acessibilidades e na mobilidade interna. Precisamos de trabalhar pela requalificação das nossas magníficas praias e pelo ordenamento do litoral. E precisamos que a Câmara de Sintra lidere um esforço conjunto de várias entidades para erradicar as infestantes acácias da serra, que a tornam num barril de pólvora inviabilizador de quaisquer planos de protecção contra catástrofes. Precisamos de promover a adaptação de Sintra face ao impacte das alterações climáticas e, so-

bretudo, de uma câmara que não tolere mais crimes ambientais, como os que proliferam por todo o território em dezenas de lixeiras e aterros ilegais. E precisamos de ter uma câmara que se faça ouvir e respeitar e que trave atentados à saúde pública, como as redes de alta tensão, que outros concelhos obrigam a enterrar, mas que continuam a atravessar-se por cima das cabeças dos moradores de alguns dos bairros de Sintra, diante da passividade camarária.

**Como pensa promover as potencialidades que Sintra inegalmente possui, nomeadamente ao nível do turismo, visando a manutenção e criação de emprego?**

Precisamos de uma câmara que saiba articular de forma mais enriquecedora para a economia local dois factores indissociáveis: a oferta turística e a política cultural. Tudo está ligado: a requalificação do espaço urbano, a preservação dos centros históricos (e Sintra tem vários, além da jóia que é a vila e que tão mal conservada está!), a valorização do artesanato e produtos locais, a requalificação das nossas magníficas praias e o ordenamento do litoral. A câmara tem também de valorizar a diversidade étnica e social das gentes de Sintra, de forma a rentabilizar a riqueza da sua multiculturalidade e a incentivar o espírito comunitário e o “sentimento de pertença” em todos os sintrenses. Esta é uma dimensão cultural da maior importância social e política, além dos benefícios económicos. Finalmente, precisamos de uma estratégia que ponha Sintra no mapa a nível regional, nacional e internacional e que, de modo algum, deixe perder-se a classificação da UNESCO como “Património da Humanidade”.

**Finalmente, que avaliação faz da gestão de Fernando Seara?**

Muito negativa. Porque o concelho estagnou economicamente, a qualidade de vida dos sintrenses se degradou, o sentimento de insegurança aumentou e nenhum dos problemas fundamentais encontrou solução estruturante. Mais do que as promessas feitas – e que não foram cumpridas – os sintrenses estão frustrados com o distanciamento, o desinteresse, a desatenção da câmara, que efectivamente bloqueia, por inércia, por incapacidade de decidir, a resolução de muitos problemas dos munícipes. A falta de articulação entre o presidente da câmara e os presidentes das juntas de freguesia dificulta a procura de soluções. Até os presidentes das juntas do PSD se queixam publicamente, como aconteceu recentemente com o do Cacém...

Miranda Calha, secretário nacional

# “Nunca o PS teve e tantas mulheres co

A preocupação fundamental do PS para as eleições autárquicas foi encontrar “o melhor” para se candidatar como cabeça-de-lista, afirma Miranda Calha em entrevista ao “Acção Socialista”. Para o secretário nacional autárquico do PS não fazia sentido juntar no mesmo dia eleições locais e legislativas, como pretendia o PSD “por mero oportunismo político”. Apesar das especificidades próprias de cada concelho, vai ser possível ao PS apresentar um manifesto eleitoral comum aos 308 municípios do país, com base nos estudos realizados no âmbito da Fundação Res Publica, adianta Miranda Calha, salientando que as próximas escolhas eleitorais são entre quem “quer paralisar Portugal e quem tem um projecto de desenvolvimento para o país”.

## Quais são os objectivos do PS para as próximas eleições autárquicas?

Os objectivos em todos os actos eleitorais são os mesmos, vencer, e quando se fala em vencer eleições é ter mais votos do que os outros partidos.

Vence quem tem mais votos e esse é o objectivo claro do Partido Socialista para as eleições autárquicas.

É evidente que estas eleições, são 308 eleições, cada uma com as suas especificidades, no entanto quando olhamos para o conjunto dos 308 actos eleitorais, o objectivo passa claramente por ser o partido mais votado no todo nacional.

## Estando concluído grande parte do processo de escolha dos candidatos socialistas às câmaras municipais, a questão é como é que este decorreu?

O processo de escolha dos candidatos do Partido Socialista decorreu de forma positiva, posso mesmo dizer-lhe que foi um processo complexo mas que decorreu de maneira razoável, sem problemas, ao contrário do que aconteceu em outros partidos.

Existiu uma boa articulação entre as concelhias, as federações e a estrutura nacional.

Há ainda uma coisa outra questão que posso garantir, é que em cada concelho foi escolhido o melhor ou a melhor para ser o candidato pelo Partido Socialista.

## Há, porém, decisões que não estão tomadas. Quando é expectável termos o quadro final das candidaturas socialistas a todos os municípios do país?

Neste momento em que falamos falta-nos encerrar o processo em seis concelhos, provavelmente quando esta entrevista for publicada já teremos o quadro final fechado.

Não vou falar de prazos, mas garanto-lhe que até nesse aspecto o processo decorreu bastante bem,

a cerca de cinco meses das eleições temos escolhido quase todos os candidatos, algo que me parece ser caso único em termos de partidos políticos.

Esta questão demonstra bem a capacidade das nossas estruturas concelhias e federativas, bem como a excelente ligação que ao longo deste processo sempre houve com a equipa que coordena este processo autárquico.

## Quais os critérios que estiveram na origem da indicação dos cabeças-de-lista do PS?

Como sabe a direcção do PS sempre foi clara em relação a essa questão, para nós de maneira geral os actuais presidentes seriam recandidatos.

Em segundo lugar a nossa preocupação foi fomentar que em cada concelho fosse escolhido o melhor para se candidatar como cabeça-de-lista pelo Partido Socialista.

Estes são dois critérios que cumprimos, e por isso este trabalho deixa-nos bastante satisfeitos.

É evidente que os nossos candidatos são pessoas que sentem o PS, como o é, ou seja um Partido com grandes preocupações sociais, que se identificam com o excelente trabalho que o PS tem desenvolvido no Governo ao longo deste mandato.

## Em que medida foram incluídas nas listas personalidades independentes com qualidade e prestígio, representativo da sociedade?

Volto a repetir, nós procuramos escolher os melhores em cada concelho, sejam personalidades independentes ou militantes.

A preocupação é que aderissem ao nosso projecto municipal que dá grande destaque às questões sociais.

Não quero individualizar, mas temos muitos independentes que acreditam no trabalho do Partido Socialista de forma a desenvolver o País e cada concelho por si próprio, pessoas que se aproximaram de nós,

que integram as nossas listas, que acolhemos e com quem estamos a trabalhar com vista a conseguirmos os nossos objectivos, que são também o dessas pessoas.

Este é um processo em que interessa juntar, unir, acrescentar, por isso todos são bem vindos e muito nos honra a presença de figuras independentes nas nossas listas e a trabalhar connosco.

## Quais são os principais trunfos que, na sua opinião, os candidatos socialistas têm para conquistar a presidência das autarquias?

Pode parecer repetitivo, mas realmente esta é a realidade, o principal trunfo é que como já referi procurou-se que a escolha recaísse sobre os melhores.

Sob a égide do PS pretendemos protagonizar os melhores projectos para os municípios.

Mas há uma outra questão que não podemos deixar de ver e analisar, é que o trabalho desenvolvido pelos autarcas do PS, principalmente do ponto de vista social, da criação de emprego, no apoio aos mais desfavorecidos, no desenvolvimento dos seus concelhos é incomparavelmente superior ao realizado pela maioria dos candidatos das outras forças políticas.

É uma questão de comparação e aí sem dúvida que temos, têm os nossos autarcas muito mais para mostrar. É simples fazer essa comparação, como que há uma conduta dos autarcas do PS que pode e deve levar as pessoas a reflectir. A sua acção baseia-se em valores importantes, logo é uma garantia de que irá fazer um trabalho claramente melhor do que os de outras forças políticas.

## É para manter aquelas onde somos poder?

Nem outra situação nos passa pela cabeça, é evidente que em nenhuma eleição podemos garantir a vitória antecipada, é preciso trabalhar diariamente em prol das



populações para que tal aconteça, e como conheço os nossos presidentes sei que fazem diariamente o melhor pelas suas populações, e isso é uma garantia de que iremos manter as nossas câmaras.

## As candidaturas socialistas incorporam nos seus esboços de programa uma nova geração de políticas autárquicas?

É evidente que sim, questões como políticas de qualificação territorial e ambiental, que passam pela adopção de políticas de ordenamento do território e de protecção do ambiente, garantido o desenvolvimento sustentável do território, nomeadamente através de recursos intensivos a energias alternativas e de incremento do uso do transporte colectivo; a aposta na reabilitação urbana, contribuindo para simultaneamente

qualificar o património edificado e revitalizar demográfica e economicamente os centros degradados das vilas e cidades; o desenvolvimento de estratégias de acesso à habitação, no quadro de programas municipais de habitação.

A cidadania activa, como a generalização da prática dos orçamentos participativos; o funcionamento de sítios electrónicos, e o compromisso de uma relação transparente e de parceria entre o município e as associações existentes no concelho.

Políticas de crescimento, que passem por estimular o espírito empreendedor, a inovação da criatividade nos núcleos urbanos, consolidando vilas e cidades que ganhem notoriedade pelas suas características distintas; o compromisso de assumir como grande objectivo a qualificação; o reforço da cooperação

onal do PS para as Autarquias

# Ve tantos jovens como cabeças-de-lista”

**sociais estão no centro desses programas?**

Sem sombra de dúvida que as questões sociais fazem parte dos eixos fundamentais das políticas autárquicas do Partido Socialista.

Falamos de políticas sociais integradoras que promovam a coesão social.

Consideramos que tem de existir o envolvimento municipal nas áreas sociais integradoras, destacando a protecção e inclusão social, o cuidado com a infância, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência e, finalmente, a educação e formação. A nova geração de políticas autárquicas, mais viradas para as pessoas, surge de um processo de descentralização de competências que será alargado a toda a área social.

Têm as autarquias que consolidar a assumpção de competências na área da educação, designadamente através da criação de um espaço institucional próprio na estrutura organizativa da autarquia, permitindo uma gestão mais profissional e mais próxima das populações.

A consolidação da participação das autarquias locais na gestão das unidades locais de saúde e dos centros hospitalares, garantindo uma aproximação às necessidades da comunidade na área da saúde, é outro vector bastante importante.

Em síntese há um vasto leque de políticas na vertente social que são o cerne das candidaturas autárquicas do Partido Socialista, é um esforço que tem de ser contínuo e dando seguimento ao grande trabalho descentralizador que este Governo tem desenvolvido.

Sem sombra de dúvida que este aspecto é fundamental, como eixo de desenvolvimento, logo é um dos assuntos determinantes nos programas autárquicos do PS.

**Há alguma orientação a partir do Secretariado Nacional no sentido de haver um tronco comum aos programas a apresentar ao eleitorado ou a cada candidatura deve apresentar-se em face da realidade municipal?**

Contamos apresentar um manifesto eleitoral autárquico que servirá de base, ou como tronco comum aos programas dos 308 municípios.

Desenvolvemos um grande debate realizado já o ano transacto sob a égide da Fundação Res Publica, e que se baseia em cinco vectores fundamentais.

É evidente que este será um tronco comum ao trabalho autárquico do PS, mas também é evidente que cada candidatura têm especificidades locais que serão tidas em contra

pelos nossos candidatos, é por isso que refiro muitas vezes que estamos perante 308 eleições com singularidades distintas.

Em síntese, os nossos programas em cada concelho têm em conta as especificidades locais, mas todos têm em conta também uma base que são as ideias e os ideais do Partido Socialista para a governação autárquica.

**Como vê a hipótese de o PS poder reconquistar câmaras tão importantes como o Porto, Coimbra ou Sintra?**

Como comecei por referir no início desta entrevista o Partido Socialista concorre para vencer em todos os municípios por isso procurou escolher os melhores candidatos em cada um dos concelhos.

Sabemos, como é evidente, que não venceremos nos 308 municípios, mas uma certeza nós temos, iremos apresentar-nos ao eleitorado de cada concelho com as melhores equipas e com os melhores programas eleitorais.

Embora os concelhos que referiu sejam importantes, até pelo simbolismo, para nós todos os concelhos tem a mesma importância, pois cada um é único.

Mas reforço que a nossa convicção é que temos os melhores para vencer, e principalmente para trabalhar diariamente pela melhoria das condições de vida das populações que habitam nos respectivos concelhos, consequentemente pela melhoria das condições de vida em Portugal.

Por isso mesmo dizemos com clareza que “Melhor Poder Local, é mais Portugal!”

**Como comenta o facto de Santana Lopes voltar a concorrer à presidência da Câmara de Lisboa, desta feita com a direita toda unida em torno da sua candidatura. Vê esta candidatura uma ameaça para a cidade?**

Vejo de forma muito negativa. É preciso ter memória e lembrarmos do que foi o desnordeio geral na Câmara Municipal de Lisboa no período da gestão de Santana Lopes e do PSD à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa, que levou inclusive a que tivesse de haver eleições intercalares.

Recordemo-nos do que era a situação financeira da autarquia que nem dinheiro tinha para pagar a fornecedores, inclusive os próprios jornais, foi sem sombra de dúvida um período muito negro e negativo ao qual ninguém quererá por certo regressar.

Mas o que me interessa realçar é o excelente trabalho que António

Costa está a desenvolver como presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Hoje é fácil para os lisboetas perceber a diferença entre o que foi o trabalho no passado recente e o trabalho desenvolvido por António Costa e pelo PS em Lisboa.

A pouco e pouco essas diferenças avolumam-se. Volta a dar gosto viver em Lisboa. António Costa tem tido um trabalho difícil e árduo, herdou uma câmara completamente falida, sem dinheiro até para pagar a fornecedores, o que afecta a vida a muitas pessoas, mas conseguiu ultrapassar essa questão e está a conseguir demonstrar a diferença entre um autarca PS e os de outros partidos, é bem o exemplo do que lhe referi atrás, basta ver a diferença.

Eu acredito que a população de Lisboa não quer voltar ao caos que era esta cidade, estou completamente convicto que essa situação não vai voltar a repetir-se.

**A indicação de Marcos Perestrello para Oeiras é um sinal de que o PS aposta forte na conquista deste concelho?**

O PS aposta forte em todos os concelhos, como já lhe disse, não quero estar aqui a personalizar casos, mas não há dúvida de que Marcos Perestrello é um jovem quadro com um grande valor, basta ver o seu percurso ao longo destes anos.

É uma aposta clara num jovem com valor e com provas dadas, tal como muitos outros por este país.

Posso referir-lhe que nunca o PS apresentou tantos jovens e tantas mulheres como cabeças-de-lista como apresenta neste acto eleitoral autárquico.

É uma nova forma de viver a política e é principalmente um rejuvenescer as listas de candidatos do Partido Socialista. É claramente uma aposta na Juventude.

Dos 308 concelhos, temos cerca de 30 mulheres como cabeças-de-lista e muitos jovens, que são o futuro.

A aposta do PS é clara mais jovens e mais mulheres, e já que abordo esta questão, não posso deixar de referir a importância até legal que têm o cumprimento da lei da paridade, que para todas as freguesias com mais de 750 eleitores e para concelhos com mais de 7500 tem de ser cumprida.

No entanto não é só por existir a lei da paridade que para nós é muito importante a presença de mais mulheres e jovens nas listas do PS, é mesmo uma aposta nossa.

Quero deixar aqui uma nota de agradecimento a todos os cidadãos que integram as listas eleitorais, pela forma abnegada, pelo esforço na preparação das listas que envolve

milhares de pessoas por este país, pela forma como as concelhias, as federações se envolveram neste trabalho só posso concluir que se sente uma força vencedora no todo e em cada um.

**Em sua opinião as eleições autárquicas deviam realizar-se no mesmo dia das legislativas?**

Manter o calendário eleitoral é realizar as eleições em separado, essa sempre foi a vontade do PS, em primeiro lugar realizaram-se as eleições para o Parlamento Europeu, de seguida realizam-se as eleições legislativas e por último as eleições autárquicas.

Não fazia sentido do nosso ponto de vista juntar eleições que nada têm a ver uma com a outra, uma coisa é escolher o governo do país, outra é escolher os governos locais, onde se realizam 308 eleições distintas.

Aliás praticamente todos os partidos defendiam esta formulação, com excepção do PSD, que provavelmente por mero aproveitamento político defendia a junção dos dois actos eleitorais.

Mas do PSD já nada nos surpreende, até porque basta ver as grandes propostas da sua líder para o País, que até agora passam por afirmações como suspensão da democracia, paralisação das obras públicas e mais recentemente até se propõe a rasgar as políticas sociais do Governo.

Mas se olharmos para o que têm as propostas deste partido para as autarquias locais, nada mesmo nos surpreende estas atitudes, no que à matéria autárquica diz respeito o PSD nunca apresentou uma iniciativa no que respeita ao quadro financeiro das autarquias locais, no que se refere à descentralização, à estruturação, à autonomia do poder local, o PSD foi ausente em todas estas matérias, e em certos casos até funcionou como força de bloqueio, como foi no caso da Lei Eleitoral Autárquica.

Tendo em conta o que acabei de expressar, ficam bem vincadas algumas grandes diferenças entre o PS e outras forças partidárias, não posso deixar passar esta oportunidade, sem apelar ao trabalho e empenhamento de todos os socialistas nos actos eleitorais que se avizinham.

São momentos importantes e fundamentais para o futuro do nossos concelhos, do nosso país e principalmente dos cidadãos, há que optar claramente entre quem quer paralisar Portugal e quem tem um projecto de desenvolvimento para o país e aí a opção é bem clara, este projecto passa por todos os que integram o projecto socialista para as autarquias, por José Sócrates e pelo PS.

estratégica intermunicipal.

A organização e gestão local, que passa pela assumpção de uma nova cultura política local assente numa atitude pró-activa no exercício de todas as competências que a lei confere; a criação de gestores do território, e o compromisso por uma administração municipal rigorosa, aberta, moderna e amiga do cidadão.

E principalmente políticas sociais integradoras, são matérias que integraram os programas eleitorais dos nossos candidatos.

Em especial no que respeita à vertente das novas gerações de políticas autárquicas não posso deixar de destacar as questões de qualificação territorial e ambiental.

São questões a que urge dar ainda mais importância e atenção.

**De que forma as questões**

## OPINIÃO



**MARIA SANTOS**  
Presidente da INTERBIO  
(Associação Interprofissional  
de Agricultura Biológica).  
Membro da Comissão  
Nacional

*A criação de riqueza nacional a partir da agricultura biológica coloca ainda o sector num patamar de maioridade, transformando-o numa "pedra angular" do desenvolvimento do nosso país*

## “CULTIVAR” O FUTURO!

NO ESPAÇO europeu, a agricultura biológica alcançou uma inopinada notoriedade, que a sua dinâmica actual aprofunda e amplia a uma escala extra-europeia, constituindo-se numa das actividades produtivas mais promissoras!

As virtualidades de uma agricultura “amiga do ambiente” ou de produção de alimentos de qualidade, afirmam-se como uma inovadora “frente” de intervenção política a merecer uma cooperação mais estreita entre as tutelas da agricultura, do ambiente e da economia. De facto, não é possível dissociar os métodos utilizados na agricultura biológica da preservação da diversidade biológica, visto que este modo de produção respeita os equilíbrios da natureza, a fertilidade dos solos ou a manutenção da qualidade das águas. Sendo certo que pode também contribuir, significativamente, para a redução de gases com efeito de estufa. É neste sentido que se torna imprescindível compreender ainda o valor acrescentado de uma agricultura de cariz ecológico.

O progresso económico do mundo rural passa também por aqui! Não me refiro exclusivamente ao combate à desertificação, à necessidade de captação de jovens para a agricultura ou à premente modernização de grande parte das explorações agrícolas. Estou sim a reivindicar para a agricultura biológica, o lugar que lhe compete no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional. Precisamos de empresários agrícolas, gestores, pequenos e médios agricultores virados para um “outro” futuro! Precisamos de decisores que reconheçam os serviços directos e indirectos que este tipo de agricultura presta à sociedade no seu conjunto.

O ritmo da procura de produtos biológicos, o aumento significativo de novos operadores ou o volume de importações, sobretudo de produtos transformados, tem vindo a demonstrar que esta actividade económica de valor social e ambiental acrescentado é, também, uma importante “fonte” de novas oportunidades de negócio. A alimentação será uma das grandes prioridades do nosso século a exigir, necessariamente, alterações de comportamento dos consumidores. Neste sentido, dever-se-ão reorientar as políticas públicas neste domínio, compreendendo o valor estratégico de uma actividade produtiva ambientalmente sustentável, socialmente responsável e economicamente estimulante!

A criação de riqueza nacional a partir da agricultura biológica coloca ainda o sector num patamar de maioridade, transformando-o numa “pedra angular” do desenvolvimento do nosso país. Caberá, no entanto, às administrações públicas estabelecer um compromisso duradouro com esta importante fileira de mercado, dotando-se de “ferramentas” indispensáveis para o seu florescimento e consolidação, nomeadamente com a adopção de uma Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica.

A assinatura de uma Carta de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho, do Governo de Espanha e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do Governo de Portugal, para a Sustentabilidade e Desenvolvimento da Agricultura Biológica, no âmbito da terceira sessão da Semana BIO, organizada pela INTERBIO, permite-nos sinalizar que a sua implementação, poderá também fazer a diferença! Precisamos assim de apostar num novo modelo de desenvolvimento agrícola: “cultivando” a sustentabilidade, a qualidade ambiental, a segurança alimentar e o consumo responsável!

# João Ataíde, candidato do PS à Câmara da Figueira da Foz “Governarei o concelho com os cidadãos no coração”

**“Credibilidade, cumprimento e esperança” são os três vectores fundamentais em que vai assentar a acção de João Ataíde à frente dos destinos da Câmara da Figueira da Foz, caso seja eleito nas próximas eleições autárquicas. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS promete governar o concelho “com os cidadãos no coração”, garante que a Figueira terá projectos “com cabeça, tronco e membros, que consolidem tendências e não acabem ao fim de pouco tempo” e classifica de “marasmo” o último mandato do PSD à frente do município.**

**Como encara este desafio de ser o candidato do PS à presidência da Câmara da Figueira da Foz?**

Encaro esta minha candidatura com sentido de missão.

**Que trunfos tem para fazer com que os eleitores figueirenses se convencem que o PS tem um projecto melhor que o PSD para a Figueira?**

A nossa acção vai traduzir-se num novo rumo que passa por três vectores fundamentais: credibilidade, cumprimento e esperança. Credibilização das nossas instituições, cumprimento dos deveres que nos são exigidos pelos cidadãos e relançamento da esperança.

**No fundo, quais são as principais apostas do programa socialista para a autarquia?**

A tarefa mais difícil passa pelo saneamento financeiro da autarquia, pondo cobro a despesas incosequentes. Como projecto pretendemos afirmar a Figueira como cidade/mar, afirmando os seus activos no pensamento Estratégico Nacional do Mar.

**Sendo o turismo o sector-chave da economia da Figueira da Foz, que projectos tem programados para potenciar esta área sem ceder à pressão urbanística e pôr em causa um desenvolvimento sustentável?**

Apostar na diversidade do turismo cultural, extraindo da nossa localização e tipicidade todas as suas potencialidades.

**Que medidas pode tomar a câmara, no âmbito das suas competências, na área social, para apoiar as famílias mais carenciadas?**

Vamos criar novas práticas na acção social, associando-a ao voluntariado jovem e assim à formação cívica dos mais novos. Vigilantes com todos os que necessitam de apoio e mais atentos aos que nos dias que correm ocultam com dignidade as suas carências.

**Como pensa envolver persona-**

**“Nunca um Governo investiu tanto no nosso concelho”**

**“Vamos criar novas práticas na acção social, associando-a ao voluntariado jovem e assim à formação cívica dos mais novos”**

**lidades independentes e as forças vivas da região na elaboração de uma alternativa à actual gestão do PSD?**

A minha posição é de abertura à sociedade, às ideias e aos contributos de todos. Sou independente, tenho comigo independentes com vontade de fazer. Tenho o apoio de um grande partido, o partido da democracia, o Partido Socialista. Sei que tenho comigo cidadãos que sabem que o que faz avançar uma terra é a capacidade de liderança. Tenho comigo pessoas que são de outras forças políticas mas que sentem que chegou a hora da mudança.

**Que balanço faz do último mandato do PSD à frente da câmara?**

Um marasmo.

**Como avalia a acção do Governo em relação ao concelho?**

Nunca um Governo investiu tanto no nosso concelho. Destaca-se, entre outras iniciativas, as acessibilidades: A 17 e IC 8, a Ponte dos Arcos, a variante de Tavadre; as infra-estruturas de apoio à pesca artesanal na freguesia de São Pedro; o prolongamento do molhe norte e arranjo dos molhes de orientação; o novo bloco de urgência e de consulta externa; incentivos à criação de duas termoeléctricas; criação da plataforma logística; um complexo de piscinas na freguesia de São Julião, etc.

**O que podem esperar os municípios de João Ataíde como presidente do município?**

Governarei este concelho com os cidadãos no coração. A Figueira terá projectos com cabeça, tronco e membros, que consolidem tendências, que não acabem ao fim de pouco tempo. Temos ideias, temos vontade, temos energia, temos capacidade, sabemos como fazê-lo, e temos o mais importante, somos um povo de gente que sabe o que quer: o povo figueirense.



# Concelhia de Oeiras executa estratégia autárquica

A EXECUÇÃO da estratégia definida pela Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Oeiras relativa à escolha e apresentação dos candidatos às juntas de freguesia tem vindo a ser concretizada. De facto, foram escolhidos até final de Dezembro de 2008 os candidatos às juntas e até férias de Verão serão todos publicamente apresentados.

A última das apresentações teve lugar no dia 24 de Junho, no Centro Cívico de Carnaxide, numa sessão que contou com a presença de duas centenas de militantes e simpatizante do PS. O candidato do PS à Junta de Freguesia de Carnaxide, embora ainda jovem, já tem um vasto percurso político e partidário. Licenciado em Direito, é advogado, assessor no Grupo Parlamentar do PS e deputado à Assembleia Municipal de Oeiras.

Na sua intervenção, Pedro Ramos Almeida defendeu uma política de grande proximidade com a população e comprometeu-se, caso ganhe as eleições, a ir além de um mero gestor de condomínios. Consciente das limitações legais impostas para este órgão local, pretende ser, sobretudo, um mobilizador de vontades e tudo fará para levar por diante a construção um centro de vida activa onde todos se possam realizar.

Usaram também da palavra o Presidente da Comissão Política Concelhia, Marcos Sá, que desferiu um fortíssimo ataque ao actual presidente de Câmara e ao PSD local. Por seu lado, o candidato socialista à Câmara de Oeiras, Marcos Pestrello, fez um discurso no qual salientou que o actual presidente da edilidade já não é o mesmo de há 25 anos. “Falta-lhe genica, ca-



pacidade de realização e de inovar”, disse. E deu, como exemplo, o facto de ter prometido há quatro anos o Centro de Saúde de Carnaxide que não saiu do programa eleitoral e referiu-se também ao escândalo que constitui o empreendimento “Alto da Montanha”, o qual classificou como “barbaridade urbanística”.

## Apresentados nove dos dez candidatos

O pontapé de saída de apresentação das candidaturas às juntas de freguesia do concelho de Oeiras foi dado no dia 15 de Maio com a apresentação do candidato à Freguesia de Caxias, Carlos Vidal, economista, coordenador da secção do PS de Caxias e deputado municipal. Seguiram-se os candidatos de Barcarena, Franklim Sobral, funcionário da Caixa Geral de Depósitos, coordenador da secção do PS de Barcarena e membro da Assembleia de Freguesia, no dia 23 de Maio, e uma semana depois, 30 de Maio, foi apresentada a candidatura a Porto Salvo, Jorge Delgado, independente, gestor e presidente da Direcção do Clube Recreativo Leões de Porto Salvo.

No dia 3 de Junho, foi a vez de Joaquim Venâncio, a Algés, técnico e dirigente sindical e, desde 1997, presidente da União Desportiva e Recreativa de Algés.

A apresentação de Luís Boto, licenciado em Ciência Política, tesoureiro da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha e coordenador da Secção do PS local teve lugar no dia 17 de Junho. Seguiu-se, a 19 de Junho, Paço de Arcos, em que o PS apresentou Francisco Abrunhosa, reformado dos CTT, que é secretário da Junta de Freguesia.

Paulo Amaral, candidato a Cruz Quebrada e Dafundo, licenciado em História e doutorando em Ciência Política, é actualmente docente universitário e foi apresentado em 20 de Junho. Queijas conheceu o candidato do PS à Junta de Freguesia no dia 21 de Junho. Manuel Moscas é licenciado em Economia, aposentado da Direcção-Geral de Impostos e actualmente exerce as funções de presidente do Cofre de Previdência e de presidente da Assembleia de Freguesia.

A última apresentação da candidatura será a da Junta de Freguesia de Oeiras e terá lugar no próximo dia 11 de Julho. O candidato Rui Vieiro é bancário, e é actualmente vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Oeiras e membro da direcção dos Bombeiros Voluntários de Oeiras.

# PS/Évora apresentou candidatos às juntas de freguesia do concelho

A CONCELHIA de Évora do PS congratulou-se com a adesão da população do concelho à cerimónia de apresentação dos seus candidatos à presidência das juntas de freguesia do município eborense.

“Vindos de todas as freguesias do nosso concelho, cerca de 1500 munícipes afluíram à Arena de Évora, numa manifestação de claro apoio à candidatura autárquica do PS liderada por José Ernesto Oliveira”, refere um comunicado da Concelhia socialista, acrescentando que “a presença esmagadora de munícipes sem filiação partidária é mais uma demonstração da grande abertura e abrangência desta candidatura que extravasa em muito as fronteiras do PS”.

A Concelhia do PS/Évora su-



blinha ainda que “a maioria dos candidatos são cidadãos independentes, unidos em prol do progresso do nosso concelho e da promoção do bem-estar dos nossos concidadãos”.

Para além de propor a recondução dos vários presidentes de junta eleitos nas anteriores eleições autárquicas nas socialistas, o PS apresenta como seu candidato à presidência da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede o actual presidente desta autarquia eleito há quatro anos nas listas da CDU.

Para a Concelhia de Évora, “aqui está mais um bom exemplo do crescimento e da abertura da candidatura do PS à qual, ano após ano, confluem pessoas com percursos políticos diversos, cuja dedicação à causa pública é por todos reconhecida”, considerando que “este é o caminho que temos seguido. Este é o caminho que continuaremos a trilhar”.

## OPINIÃO



NUNO ANTÃO  
Deputado do PS

antao@ps.parlamento.pt  
http://inquietacoesdeumci-dadao.blogspot.com

*Se pensam que podem ganhar uns votos não hesitam em recuar, comprometendo assim o desenvolvimento na nossa região, que tem potencialidades para se transformar numa grande plataforma logística e de desenvolvimento acrescentado de Portugal*

# COM O PSD PORTUGAL PARARIA

HOJE mais que uma inquietação quero lançar um desafio a todos.

Imaginem o que seria do nosso país se este PSD, de Manuela Ferreira Leite, Miguel Relvas e Vasco Cunha, decidisse o destino de Portugal e da região.

O que seria hoje da Segurança Social – garantia de todas as prestações sociais dos mais necessitados da sociedade e das justas reformas das gerações mais velhas. Conseguiram em 2004 levar a sua sustentabilidade ao risco máximo de ruptura, com a crise financeira mundial e com o colapso dos fundos de investimento de risco. Como estaríamos hoje?

O que seria do Serviço Nacional de Saúde e da escola pública se o estado fosse desmantelado em seis meses como propunham?

Imaginem se este PSD decidisse ontem como quer decidir hoje. O que seria da nossa região? Ponte Salgueiro Maia, Ponte das Lezírias, A13, CIRVER'S, AQUAPOLIS em Abrantes, recuperações de ponte em Santarém, Chamusca e Coruche, Nó de acesso A1 no Cartaxo, IC3 variante de Tomar, Centro de Saúde São Domingos, de memória cito apenas poucos exemplos dos investimentos públicos na nossa região. Conseguem imaginar o que seria da nossa região sem estes investimentos?

De uma forma demagógica hoje dão-se cambalhotas atrás inacreditáveis. Se pensam que podem ganhar uns votos não hesitam em recuar, comprometendo assim o desenvolvimento na nossa região, que tem potencialidades para se transformar numa grande plataforma logística e de desenvolvimento acrescentado de Portugal, com condições até para condicionar os movimentos transatlânticos entre a Europa e as américas.

Digam lá então o que não tinham feito, e digam lá o que não fariam agora.

O Novo Aeroporto de Lisboa, que com a sua dinâmica elevará os padrões de desenvolvimento pelo menos dos concelhos de Benavente, Salvaterra de Magos, Coruche, Almeirim, Cartaxo e Santarém.

A alta velocidade, que em “L” ligará a Galiza ao Porto, o Porto a Lisboa e Lisboa a Madrid (que é como quem diz ao resto da Europa), atravessando a nossa região a Oeste e a Sul, criando assim o interface entre o transporte aéreo e a ferrovia.

O IC3 de Almeirim ao Entroncamento, com uma nova travessia do Tejo na Chamusca, descongestionando assim as travessias de Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã, ligando a A13 à A23 permitindo os movimentos de Sudoeste para Nordeste (lembro apenas que em Sines está um dos portos que pode captar muitos dos movimentos transatlânticos), e que retira também da N118 os milhares e milhares de movimentos de cargas pesadas e perigosas de lixos para os CIRVER na Chamusca.

Ou será que não querem que se façam:

As modernizações do Parque Escolar, em Benavente, Salvaterra de Magos, Abrantes, Ourém, Tomar - investimentos de milhões e milhões de euros na qualificação de infra-estruturas que prepararão melhor as novas gerações para o futuro.

O quartel dos bombeiros de Samora Correia, o Posto Médico dos Foros de Salvaterra, o Serviço de Urgência Básica em Coruche, a nova Esquadra da PSP no Cartaxo, o Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo em Almeirim, ou que não se invista mais 8 milhões de euros em equipamentos sociais (creches, centros de dia e lares).

Conseguem imaginar o desenvolvimento da região sem estes projectos (que citei de memória)?

Com o actual PSD nada disto estaria feito ou sequer projectado.

Portugal, e a nossa região, estão fartos das cambalhotas de um partido que pretende afirmar-se como alternativa. Estes vão ser temas de campanha eleitoral aos quais não vou fugir, desafio todos a fazer o mesmo.

Imaginem só o que seria da nossa região.

*(Alguns dos projectos citados, foram lançados e inaugurados por governos do PSD, mas isso era na altura em que pensavam o desenvolvimento da região).*

## OPINIÃO


**ARMANDO FRANÇA**  
Deputado do PS

*A tarefa que os socialistas portugueses têm pela frente, nos próximos quatro meses, é difícil e complexa, mas é nossa e o seu sucesso depende principalmente de nós próprios, da nossa ambição e da nossa força*

## É CONNOSCO QUE TEMOS DE CONTAR

AGORA que a poeira pousou, que tudo ou quase tudo foi dito sobre as eleições europeias e que todas ou quase todas as análises e interpretações foram feitas; agora que já lemos coisas certas e desaforos e que ouvimos palavras sensatas e dislates os mais variados de cidadãos e de militantes socialistas, há que arrumar e seleccionar algumas ideias, mesmo que elas sejam simples ou até verdades eternas já formuladas por outros antes de nós.

Assim, primeiro: perder uma eleição não é deixar de ter razão. O PS perdeu as eleições para o PE. Inquestionável. Todavia, para nós, é evidente que aquilo em que acreditamos, o projecto Europeu, enquanto projecto político em desenvolvimento, voltado para a paz, para a liberdade, para o desenvolvimento equilibrado e sustentado e para um modelo de organização da sociedade em que o Estado é o garante do social e de uma economia de mercado, não de casino, mas regulada e balizada pelo interesse público e geral e pelos princípios da solidariedade e da redistribuição, não foi derrotado. Ora, uma eleição que nos foi desfavorável só nos deve motivar a sermos melhores e a fazermos mais por aquilo em que acreditamos: a Europa e o projecto social europeu.

Segundo e citando o ilustre professor espanhol de filosofia e história, Daniel Innerarity: “está incapacitado para a política quem não tiver aprendido a gerir o malogro ou o êxito parcial, porque o êxito absoluto não existe”. É verdade também. E ainda há dias, a propósito de uma ilustre personalidade que nos deixou para sempre, o nosso camarada Carlos Candal, eu escrevi que foi um cidadão que sabia ganhar sem jactância e perder com dignidade. Pois bem, é indispensável também que os socialistas tenham sabido aceitar com dignidade o sabor amargo da derrota e assumi-la responsabilmente e, sobretudo, sem pôr em causa a validade do nosso projecto político (quando muito os métodos ou os meios).

Terceiro: perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. Todos sabem que este ano é o ano de todas as eleições (exceptuando as presidenciais). Ora, as eleições para o PE foram uma de três, este ano, no nosso país. Temos, como é sabido, as legislativas e as autárquicas, as quais, dada a sua proximidade, transformaram-se na prioridade das prioridades da nossa vida política. Por isso, não percam tempo e recursos com o acessório e com querelas internas impossíveis de conclusão neste momento e concentremo-nos naquilo que é essencial: esclarecimento do que foi o trabalho dos socialistas no Governo e nas Autarquias e preparação de programas e propostas, bem como a constituição das melhores equipas, para serem apreciados pelos eleitores nas próximas eleições.

Quarto: a união faz a força. É um lugar comum, é verdade. Mas há momentos na vida de uma família, de uma comunidade, de uma organização político-partidária, de um povo em que tudo será diferente se nos soubermos colocar do mesmo lado da barricada, se soubermos juntar o que nos une e pôr de lado o que, podendo ser importante no plano teórico ou no do ideal, nos pode dividir e causar acrescidos prejuízos ao projecto de sociedade em que acreditamos, o qual, aliás, nos distingue duma certa direita requeitada, bolorenta ou neoliberal e de uma dita esquerda que não conseguiu passar além do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956 ou cujo discurso diário é refinadamente demagógico, irrealizável e populista, desligado dos problemas e das dificuldades reais dos portugueses e irresponsavelmente utópico.

A tarefa que os socialistas portugueses têm pela frente, nos próximos quatro meses, é difícil e complexa, mas é nossa e o seu sucesso depende principalmente de nós próprios, da nossa ambição e da nossa força.

Devemos partir para os combates com a ideia de que poderemos ganhar as eleições, mas que temos de trabalhar muito, não podemos cometer erros e não devemos subestimar os nossos adversários nem desvalorizar as nossas dificuldades e insuficiências.

É connosco que temos de contar.

## INICIATIVA

# Dar continuidade à evolução de Rio Maior

“CONCRETIZAR projectos em curso” e “dar à continuidade à evolução do concelho” são os propósitos que animam a candidatura do socialista Silvino Sequeira a mais um mandato à frente da Câmara Municipal de Rio Maior.

Na apresentação da sua candidatura, Silvino Sequeira disse que se sente “habilitado” para o desafio de um novo mandato, não só pela experiência de 24 anos à frente dos destinos da autarquia, mas também ao facto de ter integrado a gestão do Programa Operacional do Alentejo (POA).

O autarca socialista desvalorizou ainda as críticas da oposição do PSD por ter suspenso as funções autárquicas para assumir outros cargos, primeiro como governador civil, por um período de 11 meses, e depois na gestão dos fundos comunitários, que exerceu durante oito meses.

“Penso que Rio Maior ganhou com isso”, disse, sublinhando em particular a importância da passagem pelo órgão de gestão do POA, que foi “útil” nomeadamente na



apresentação de candidaturas a verbas inseridas na contratualização.

O candidato socialista apontou como desafios para o próximo mandato a concretização de projectos que estão a arrancar, como as instalações da Escola Superior de Desporto ou a Área de Localização Empresarial e ainda os centros escolares, as creches e as

unidades móveis de saúde.

Por outro lado, o autarca socialista promete acompanhar de perto o projecto inserido no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, de ligação da linha férrea do Norte à do Oeste, que permitirá a ligação Santarém/Rio Maior/Caldas da Rainha.

## Candidato do PS quer concelho de Almeida dinâmico e coeso

O PS vai candidatar à Câmara Municipal de Almeida o economista e actual vereador Orlindo Vicente, nas eleições autárquicas deste ano.

Orlindo Vicente, que também desempenha o cargo de representante na Guarda da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC), é o cabeça-de-lista do PS à Câmara de Almeida pela terceira vez consecutiva.

Nas autárquicas de 2005, o candidato socialista perdeu por apenas 90 votos, referindo agora que volta a candidatar-se à presidência do

município para “pôr ponto final a um período de políticas erráticas que ao longo dos últimos anos têm impedido” que o concelho fronteiro seja “dinâmico, coeso e competitivo”.

O autarca socialista defende que “é necessário governar os destinos do concelho de Almeida com as pessoas e para as pessoas, com isenção, frontalidade e transparência”, pelo que, adiantou, “estes serão pilares sólidos da próxima governação, caso, como esperamos, esta candidatura seja vitoriosa”.



## Joaquim Couto em S. Félix da Marinha

JOAQUIM Couto, candidato do PS à Câmara Municipal de Gaia, esteve, no passado dia 20 de Junho, na apresentação do cabeça-de-lista à Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, Carlos Pinto.

Durante a iniciativa, sob o lema “Gaia: um projecto, 24 freguesias”, que reuniu várias dezenas de militantes, apoiantes e amigos do candidato, Joaquim Couto apresentou um vasto leque de propostas, que considera revolucionárias e de simples aplicação, como é o caso do apoio municipal ao arrendamento, uma medida com inúmeras vantagens em termos de integração social, fomento do emprego e do sector da construção civil.



O candidato socialista fez ainda referência a outras iniciativas que pretende lançar quando chegar ao

Executivo camarário, como, por exemplo, o kit escolar e o plano municipal de saúde.

# Aproveitar e promover as potencialidades de Sintra

O CONCELHO de Sintra não pode ser visto nem resignar-se a ser dormitório periférico, uma vez que tem qualidade suficiente “para dar e vender desde que o saibamos aproveitar e promover”, defendeu Ana Gomes na apresentação da sua candidatura à Câmara Municipal de Sintra que decorreu na passada segunda-feira, dia 29 de Junho, no Cacém, na presença do secretário Nacional para a Organização e ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, e do presidente da Concelhia, Rui Pereira, para além de muitas centenas de militantes e simpatizantes.

Na ocasião foram igualmente anunciados os nomes de José Jorge Letria, como cabeça de lista à Assembleia Municipal, e do arquitecto Nuno Teotónio Pereira como mandatário da candidatura.

Como salientou Ana Gomes logo no início da sua intervenção, um dos lemas da campanha foca a necessidade de “lutar e trabalhar contra a inércia”, e a má gestão autárquica dos últimos quatro anos em Sintra da responsabilidade da coligação de direita PSD/CDS.

Considerando ser este concelho “um dos mais importantes e emblemáticos do país”, especialmente no que respeita ao seu valiosíssimo património construído e ambiental, afirmou-se, na sua perspectiva, ser necessário alterar a actual política de gestão, de forma a que não se perca a classificação de património da humanidade atribuída pela UNESCO.



Sintra tem de ter uma outra gestão, “mais cuidada e criativa” e sobretudo “mais atenta” na defesa das características que lhe garantiram a classificação de património mundial, sublinhou ainda a candidata do PS.

Para se poder atingir este objectivo, defendeu a candidata, é necessário tudo fazer para que o património não se degrade ainda mais, empreendendo políticas com “outro tipo de atitudes” bem diferentes daquelas que têm vindo a ser seguidas pelos actuais responsáveis autárquicos.

Para a eurodeputada é necessário, perante o escrutínio a que o município está continuamente

sujeito pela UNESCO, que os responsáveis autárquicos do concelho mantenham uma gestão adequada e sustentada do seu património, por forma a que aquele organismo das Nações Unidas, em ocasião alguma, possa retirar a Sintra a classificação de património mundial, “como o fez aliás recentemente com a cidade alemã de Dresden”.

## É ao nível local que tudo começa

Servidora do Estado ou mulher de partido, a candidata do PS a Sintra disse ter dado sempre de si “o melhor que pude”, mesmo que

muitas vezes tivesse “contrariado ortodoxias ou o politicamente conveniente”.

Depois de sublinhar “a extraordinária evolução e progresso percorridos pelo Portugal democrático”, Ana Gomes não deixou, todavia, de chamar a atenção para um conjunto de problemas que a preocupam, designadamente, as “desigualdades e exclusões sociais, ou as desregulações que servem sempre os mais poderosos”.

Os desafios globais e a gravidade da crise mundial a que Portugal não escapa “apesar da forma sonsa como tantos a pretendem ignorar”, reforça a convicção “de que

é a nível do poder local que mais se pode fazer a diferença pelas pessoas”.

Está nas nossas mãos, defendeu, “mudar o que precisa de ser mudado em Sintra”, para que o município se afaste da “periferia económica, do crescimento desorganizado, ou da construção excessiva”, actividades só permitidas por haver uma planificação “obsoleta, desajustada e contraditória”, que inferniza a vida, “arruína o ambiente e ameaça a segurança degradando a qualidade de vida”.

“É hora de mudar”, disse. Basta de bloqueamentos, de imobilismo, de ausência de respostas face aos desafios do quotidiano e da modernidade. Sintra, defendeu, “merece e exige mais”.

Segundo a candidata socialista, há que inverter toda a política desenvolvida pelo actual Executivo de Sintra que tem descurado as políticas sociais de apoio aos mais vulneráveis e aos desempregados.

Para fazer frente aos inúmeros desafios que se colocam hoje ao desenvolvimento deste concelho, a candidata do PS garantiu que vai trabalhar para que a câmara se articule eficazmente com todas as Juntas de Freguesia, “independentemente da cor política de quem as dirige”, promovendo e “multiplicando as oportunidades de emprego”.

A defesa do património, edificado e natural constituirão outras das prioridades que a candidata socialista promete apoiar, do mesmo modo que promoverá políticas de habitação social e saúde. **R.S.A.**

## Margarida Veríssimo propõe virar a página em Constância

**Reformar uma câmara cujo Executivo há muito deixou de ter uma visão estratégica, navegando à vista, sem referências e fechado em si próprio, acabar com as teias de interesses instalados, vencer a resignação e o medo alguns dos importantes desafios assumidos por Margarida Veríssimo na batalha por conquistar Constância.**

NA SESSÃO pública de apresentação da sua candidatura autárquica, que decorreu na noite do passado dia 20 de Junho, Margarida Veríssimo deixou claro que encabeçará a alternativa socialista no concelho significa propor-se realizar uma mudança necessária que irá traduzir-se em mais e melhor qualidade de vida para os munícipes.

Perante uma vasta assistência de apoiantes, a engenheira civil de 47 anos afirmou que em Constância o poder está entregue há demasiados anos a uma força partidária cuja consistência ideológica já está há muito ultrapassada”.

Para a candidata “é chegado o momento de sacudir o controlo e o aperto que o Partido Comunista exerce sobre as terras e sobre

as gentes de Constância”.

Convicta de que é possível fazer mais e melhor do que tem sido feito, garantindo mais oportunidades para todos, Margarida Veríssimo aponta a necessidade de se abrir espaços novas ideias, novas prioridades, novas escolhas e novos protagonistas.

É preciso apostar em “gente com entusiasmo e conhecimento do trabalho autárquico, que possa e saiba agarrar no testemunho e fazer o que tem de ser feito”, sustentou a candidata, reiterando o compromisso pessoal de trabalhar para fazer de Constância “um concelho onde valha apenas viver, onde se crie riqueza, onde as famílias se possam fixar, onde o crescimento ocorra em equilíbrio com o ambiente e onde haja uma verdadeira



responsabilidade social”.

Ciente dos reptos que se perfilam no seu horizonte político num concelho onde as oportunidades e a riqueza produzida são escassas, onde grande parte da população luta com reais dificuldades, há desertificação humana e as perspectivas não são risonhas, Margarida Veríssimo não hesita em criticar o Executivo comunista que – denunciou – “esbanja mais de 40 mil euros por ano em propaganda e muito mais para ocupação e remuneração de muitos dos seus correligionários”.

“Ao mesmo tempo, recusa-se a baixar o

IRS, o IMI e as tarifas de alguns serviços e a abrir novas janelas de oportunidade e investimento no concelho”, criticou veementemente, frisando depois que não foi a falta de informação, nem a ignorância dos problemas o que impediu a implementação de “soluções óbvias”.

“O obstáculo é muitas vezes a falta de liderança e quase sempre a pequenez de uma política feita

dos interesses próprios de quem vive da política há demasiado tempo e da vassalagem feudal ao partido que controla o actual Executivo”, criticou.

Refira-se que antes do jantar de apresentação de Margarida Veríssimo como a aposta socialista para Constância procedeu-se à inauguração da sede de campanha da candidata.

Destaque ainda para a presença nesta iniciativa de Jorge Lacão, Paulo Fonseca, Idália Moniz, Nelson Carvalho, Nuno Antão, Fernando Pratas, Rosa do Céu e Anabela Freitas, entre outros. **M.R.**

# PS avança com candidatos para Alverca

O AUDITÓRIO da Sociedade de Filarmónica e Recreio Alverquense foi o palco escolhido pelo PS para, numa sessão pública, apresentar os seus candidatos à Assembleia de Freguesia de Alverca.

Em noite de festa e sala cheia, Rui Moreira, coordenador da Secção de Alverca, iniciou os trabalhos com um discurso onde reafirmou os resultados alcançados pelos autarcas do PS, um trabalho que “qualifica e prestigia a cidade e o município”.

Alverca é “uma cidade de trabalho”, disse, por sua vez, o presidente da Comissão Política Concelhia, Fernando Paulo Ferreira, acrescentando ser igualmente uma cidade de “novação e de tecnologia”.

Para o camarada Paulo Ferreira, uma boa definição para a cidade de Alverca é ser “dinâmica, multicultural e cada vez mais qualificada”, realidade que muito se tem acentuado graças ao trabalho que os autarcas e outros responsáveis socialistas têm vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos.

Realçando a dinâmica da rede social de Alverca, o presidente da Concelhia também ao referir-se ao “compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabi-



lidade”, bem como ao conjunto de obras que estão a ser implementadas na freguesia, tendo em vista a sua modernização, destacando, designadamente, a ETAR de Alverca, um equipamento, como referiu, de grande envergadura e importância, não só para a qualidade de vida dos habitantes, mas também “como

contributo decisivo para a melhoria da qualidade do ambiente”.

Usou depois da palavra Afonso Costa, que se recandidata à presidência da Junta de Freguesia, referindo que a lista por si liderada é composta por homens e por mulheres que “querem assumir o desafio de continuar a criar as con-

dições necessárias para que a cidade alcance níveis de vida cada vez mais estáveis”, não só no que respeita ao quotidiano da população, mas também “no que se refere ao meio ambiente”.

Afonso Costa tem 50 anos, é editor de audiovisuais, militante do PS, nascido e criado em Alver-

ca, tendo exercido ao longo da sua vida inúmeras funções no movimento associativo e em diversos órgãos autárquicos no concelho, com destaque para a presidência da Junta de Freguesia de Alverca, cargo que assumiu pela primeira vez há quatro anos.

Os trabalhos encerraram com a intervenção de Maria da Luz Rosinha durante a qual salientou os projectos e programas que o PS tem vindo a desenvolver em nome “da maior cidade do concelho”, que se destinam a criar as condições a uma maior sustentabilidade da qualidade de vida das populações.

A autarca destacou, nomeadamente, a aposta que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em conjunto com a Junta de Freguesia têm vindo a estender ao nível dos equipamentos, “nas mais diversas áreas de interesse público”, como seja o caso, das áreas da cultura e da saúde, ou dos espaços verdes, entre outros.

As acessibilidades foram outras das áreas referenciadas pela autarca socialista, salientando a este propósito a necessidade de se proceder à rápida “reformulação do nó de Alverca”. R.S.A.

## PS APRESENTOU OS SEUS CANDIDATOS À ASSEMBLEIA DA FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO

O PS apresentou, no passado dia 20 de Junho, numa sessão pública muito concorrida, os seus candidatos à Assembleia de Freguesia de Castanheira do Ribatejo, cerimónia que decorreu no quartel dos Bombeiros Voluntários.



Na sua intervenção, o presidente da Comissão Política Concelhia, Fernando Paulo Ferreira, enalteceu a “juventude, dinamismo e a vontade” patentes na lista do PS, constituída, como acentuou, por “homens e mulheres, militantes e independentes”, que constituem uma equipa personalizada, politicamente forte e adequada à importância e ao peso que a freguesia tem no contexto do concelho de Vila Franca de Xira.

Lista que é liderada pelo camarada Pedro Castelo, jornalista, natural de Castanheira do Ribatejo que ao usar da palavra salientou os projectos e as preocupações que tem, não só para Castanheira, como referiu, mas também para as “Quintas e Vala do Carregado”.

Para o cabeça-de-lista do PS, o importante agora é que a campanha eleitoral fixe a sua atenção na discussão de ideias e de projectos, adiantando Pedro Castelo, que o projecto “Castanheira Positiva”, consubstancia as suas prioridades sobretudo em aspectos que pretendem ligar a freguesia a temáticas como a solidariedade, a proximidade sem esquecer as políticas de apoio social.

Também a candidata do PS à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, usou da palavra, alertando os candidatos socialistas para o dever de continuarem a apostar na modernização da freguesia, de modo a aumentar os níveis de qualidade de vida de todos aqueles que escolheram, ou venham a optar futuramente, por viver na vila.

A autarca socialista e recandidata à presidência da edilidade de Vila Franca de Xira aproveitou ainda a ocasião para anunciar a construção para breve do novo quartel dos bombeiros de Castanheira do Ribatejo. R.S.A.

## Apresentados os cabeças-de-lista do PS às Juntas de Freguesia de Estremoz

CERCA de duas centenas de militantes e simpatizantes marcaram presença na conferência de Imprensa organizada pela Secção de Estremoz do PS para apresentação dos cabeças de lista de todas as freguesias do município às próximas eleições autárquicas.

Tendo como pano de fundo a zona verde circundante às instalações da Junta de Freguesia de Santa Maria, na sede do concelho, o encontro com a Comunicação Social e com os militantes socialistas decorreu de forma descontraída e em ambiente aprazível e acolhedor.

O camarada José Domingos Ramalho começou por saudar os presentes, tendo depois agradecido o voto de confiança dados pelos eleitores que permitiu ao Partido Socialista vencer em Estremoz as recentes eleições para o Parlamento Europeu.

Foram depois anunciados os nomes dos cabeças-de-lista do PS às diversas juntas de freguesia e para a Assembleia Municipal do concelho de Estremoz.

Assim, para a presidência da Assembleia Municipal, o PS escolheu o camarada José Capitão Pardal, 58 anos, gerente bancário aposentado.

Quanto às freguesias, Rui Garcia vai ser o candidato à Junta dos Arcos, Rui Patrício, à da Gloria,



Bruno Oliveira, a Evoramonte, Joaquim Travassos, à Junta de Freguesia de Santa Vitória do Ameixial, Elsa Cantador, a São Bento do Ameixial, João Cunha, a São Bento do Cortiço, José Joaquim Dias, a São Domingos Ana Loura, Sérgio Carvalho, à Junta de São Lourenço de Mamporcão, João Manuel Pingarilho, a Santa Maria, José Manuel Rebola, a Santo André e Nicolau Almada, à Junta de Freguesia de Veiros.

No final deste encontro, usou da palavra o candidato socialista à Câmara Municipal de Estremoz, José Alberto Fateixa, que começou por assegurar que a conferência de Imprensa marcada para o dia 21 de Junho, início do Verão, não foi um

passo dado ao acaso, mas sim “um acto pensado e propositado”.

Com efeito, disse o candidato socialista, depois de um “longo Inverno e passados quase quatro anos de Primavera”, numa curiosa alegoria ao passado e ao presente do concelho e do país, chegou a altura, sublinhou ainda, “de iniciarmos o Verão, o tempo das colheitas”.

José Alberto Fateixa manifestou depois a sua “total confiança na equipa apresentada”, tendo salientado a este propósito a qualidade dos candidatos do PS em todas as freguesias. Encerrou os trabalhos enunciando as bases do seu projecto para o município “O melhor para Estremoz, Sempre”. R.S.A.



# Maria Amélia Antunes assume dez compromissos com os montijenses

COM “a obra à vista” e com a certeza de que a gestão do “PS mexeu com a cidade e com todas as freguesias do concelho”, Maria Amélia Antunes apresentou, no passado dia 17 de Junho, na Praça da República do Montijo, a sua recandidatura à presidência da autarquia.

Numa ocasião em que esteve acompanhada na mesa de honra pelo presidente do PS e pelo líder da Federação de Setúbal, camaradas Almeida Santos e Vítor Ramalho, bem como pelo mandatário da sua candidatura, Miguel Cardoso, Maria Amélia Antunes assumiu publicamente a defesa de dez compromissos essenciais ao desenvolvimento sustentável da cidade e das freguesias do concelho.

Reinventar estruturas de participação dos cidadãos nas políticas autárquicas, criar um serviço municipal para ajudar idosos a resolver problemas burocráticos ou administrativos, dar continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços camarários, prosseguir com a revisão do PDM, criar condições para a melhoria do mercado de emprego local, defender o património edificado e promover ainda mais a cultura, são ambições declaradas da candidata socialista.

Perante cerca de largas centenas de pessoas, Maria Amélia Antunes comprometeu-se igualmente a dotar os edifícios públicos e privados de equipamentos capazes de proporcionar eficiência energética, dar mais apoio às famílias e construir um “um concelho moderno,



competitivo e seguro”.

Antes, o mandatário da candidatura, Miguel Cardoso, sublinhou o trabalho realizado pelo Executivo de Amélia Antunes nos últimos três mandatos.

“Em 1998 herdámos da CDU muitos problemas em várias áreas”, lembrou, para de seguida manifestar o seu apoio incondicional à reeleição da autarca.

Depois, sustentou que “é fundamental, neste momento difícil que se aproxima, ter à frente dos destinos do município uma pessoa com provas dadas, que nos inspira confiança e que nos dê a certeza de que não cederá a interesses nem a pressões”.

“Maria Amélia Antunes, sabemos, é essa garantia”, concluiu.

Já o presidente do PS/Setúbal, Vítor Ramalho, recordou os tempos em que se cruzou com a candidata no mundo sindical, sublinhando a força do carácter da autarca socialista.

“O sonho é que continua a comandar a vida, por mais que nos queiram impor a economia”, sustentou o dirigente do PS para quem a acção executiva de Amélia Antunes é disso um exemplo claro.

Também o presidente socialista, Almeida Santos, deixou na sessão pública de apresentação da recandidatura socialista à autarquia montijense palavras de apoio e reconhecimento ao trabalho realizado pelo Executivo de Maria Amélia Antunes.

Manifestando o seu apoio “incondicional” a Maria Amélia salientou que ela é “uma autarca qualificada”.

De referir que na Praça da República do Montijo estiveram presentes para apoiar a recandidatura de Maria Amélia Antunes os secretários de Estado Eduardo Cabrita e Pedro Marques, a governadora civil Erídice Pereira, José Cáceres, António Paracana e Joel Hasse Ferreira. M.R.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

*Temos hoje nas nossas escolas muitos professores empenhados em utilizarem este equipamento com os seus alunos, abertos à participação em actividades de formação que os possa dotar de mais competências no seu manuseamento*

## AQUECIMENTO NAS SALAS OU QUADROS INTERACTIVOS?

NUMA das minhas incursões pelo Twitter, participei numa acesa discussão sobre os prós e os contras da introdução das tecnologias no ensino, no processo ensino-aprendizagem, em contexto de sala de aula. Eu situava-me, obviamente, do lado dos acérrimos defensores do Plano Tecnológico da Educação nas suas várias componentes, nomeadamente aquela que contempla o apetrechamento das nossas escolas com computadores e quadros interactivos.

No calor da discussão houve um comentário de alguém que me despertou particular indignação. Dizia um encarregado de educação de uma miúda do 5º ano que “razão tinha uma professora da sua filha que se recusou a utilizar os quadros electrónicos enquanto não existir aquecimento na escola”. Na verdade, esta frase chocou-me por duas ordens de razões: por um lado, pela decisão absurda da professora em causa e, por outro, pela concordância e o apoio explícito de um encarregado de educação com esta atitude da professora da sua filha.

Quanto à professora, parece-me inaceitável que faça depender a utilização deste tipo de equipamento, já colocado na sua sala de aula, da existência de aquecimento. Julgo que se trata de uma atitude negligente, descabida, inconsequente, reveladora de total irresponsabilidade e de falta de bom senso. Independentemente de poder ser bastante relevante o frio sentido pelos alunos naquela escola de Vila Nova de Gaia, não me parece minimamente razoável que se esteja a privar aqueles alunos de usufruírem das potencialidades de equipamento já existente na sua escola, equipamento esse tão importante para a criação de cenários de aprendizagem inovadores e motivadores. Felizmente esta não é a regra. Temos hoje nas nossas escolas muitos professores empenhados em utilizarem este equipamento com os seus alunos, abertos à participação em actividades de formação que os possa dotar de mais competências no seu manuseamento. Aliás, suspeito mesmo que a razão da atitude desta professora não tenha nada que ver com a temperatura da sala de aula!

Do lado do encarregado de educação da aluna e sem querer de modo algum opinar sobre a melhor forma de se transmitir valores de responsabilidade a uma criança (quem sou eu para tal?), parece-me no mínimo “estranho” que se possa apoiar uma tal atitude. Primeiro porque a decisão em si mesma não resolve o problema (ou seja, não aquece a sala de aula) e depois porque prejudica a própria criança. Mais estranho ainda foi o facto de este pai considerar que esta atitude possa ser encarada como “uma verdadeira lição de cidadania”. Por muito que me esforce, e acreditem que tentei fazê-lo, não consigo compreender esta posição. A única explicação que encontro é a primária necessidade revelada por algumas pessoas em criticarem e rejeitarem tudo o que vem deste Governo!

Já é velha esta demagógica ideia de se tentar condicionar o avanço e o progresso numa questão até que outra considerada mais importante esteja resolvida. Ainda não há muito tempo, Durão Barroso na altura candidato a primeiro-ministro de Portugal, dizia que “não avançaria com uma determinada obra enquanto existissem crianças com fome”. As coisas não funcionam desta forma e pensar o contrário é impedir que se avance. Pensar da forma como esta professora e este encarregado de educação o fizeram é meio caminho andado para não fazermos nada de nada.

É evidente que em momento algum desvalorizei a necessidade de se tornar as escolas locais mais confortáveis, em que o aquecimento assume particular relevância. As prioridades também devem passar por aí, de facto! Aliás, é bom que se sublinhe a requalificação do parque escolar que se encontra neste momento em curso, uma das prioridades estabelecidas pelo Governo na resposta à crise, resposta esta que implica um investimento público que alguns criticam. No entanto, seria um erro esperarmos que uma coisa esteja concluída para iniciarmos a outra. O país não pode esperar mais e as nossas crianças não nos perdoariam. Porque mesmo que as salas estivessem já todas aquecidas, viriam alguns queixar-se do calor do Verão e recusar a utilização dos quadros interactivos até que as salas de aula tivessem ar condicionado!

**Regularize as suas quotas**

**Valores aplicáveis somente a partir de 2008:**

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui “Acção Socialista”)
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual .....12€	Anual.....24€

**As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:**

- Depósito bancário em cheque;**
- Transferência bancária**  
Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05  
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**  
ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

**Linha Azul**  
**808 201 695**

**Contamos consigo!**



# Nova equipa sinónimo de novo ciclo para Abrantes

O PARTIDO Socialista de Abrantes, no âmbito da candidatura autárquica, apresentou no passado dia 20 de Junho, os seus candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal.

A sessão de apresentação, que decorreu nos Claustros do Convento de S. Domingos, perante mais de duas centenas de militantes e simpatizantes, iniciou com a intervenção de Isilda Jana, presidente da Comissão Concelhia, que salientou sobretudo o facto, de que todos os nomes propostos nas listas do PS para a câmara e para a Assembleia Municipal, é “gente que se propõe apostar numa renovação e na modernização das políticas autárquicas” e reuniu o voto unânime dos elementos da Comissão Política.

A sessão continuou depois com a chamada ao palco dos candidatos à Assembleia Municipal, tendo o cabeça-de-lista a este órgão, camarada Jorge Lacão, começado por salientar “o excelente trabalho” desenvolvido pelo ainda presidente da autarquia, Nelson de Carvalho, classificando-o “como um dos



melhores e mais capazes autarcas de todo o país”.

Referiu também que sentia “um legítimo orgulho” em pertencer a uma equipa que é “um elo na continuidade da excelente gestão que o PS tem vindo a empreender no município de Abrantes”, para alertar finalmente que o Partido Socialista, tanto no Governo Central, como nas autarquias, representa o partido que melhor está preparado para

responder às necessidades concretas das populações, quer ao nível dos empreendimentos, “onde os governos socialistas, autárquicos e nacionais, têm obra feita”, quer ao nível das políticas ligadas à solidariedade, designadamente no que respeita à acção social ou à saúde.

Esta sessão terminou com a intervenção de Maria do Céu Albuquerque que acentuou que a renovação das listas tem como pri-

mordial objectivo “a constituição de uma nova equipa”, que seja capaz, como defendeu, de criar, não só um “novo horizonte para Abrantes”, mas igualmente de estar à altura de desenvolver uma “nova ambição para a comunidade abrantina”.

A cabeça-de-lista do PS sublinhou ainda que os principais critérios que presidiram à composição da nova equipa autárquica, se basearam sobretudo, numa aposta que visou reunir “um grupo coerente”, composto por pessoas com formação adequada e experiência profissional, e que sejam capazes, não só “de assumir renovadas responsabilidades”, como demonstrar que estão à altura de perfilhar novos compromissos”.

Maria do Céu Albuquerque desafiou por fim os presentes e todos os cidadãos, “a olharem atentamente para as outras candidaturas”, e a perguntarem a si próprios, “o que é que eles têm feito por Abrantes”.

## Apresentada Comissão de Honra

Entretanto, quatro dias antes, a 16 de Maio, tinha já decorrido uma

sessão pública, no Parque Urbano de S. Lourenço, de apresentação da Comissão de Honra da candidatura de Maria de Céu Albuquerque à Câmara Municipal de Abrantes.

Na ocasião, a candidata do PS agradeceu o apoio dos elementos que compõem esta comissão, formada por cidadãos que, como referiu a cabeça-de-lista socialista, “independentemente da sua actividade ou de questões partidárias”, querem o melhor para Abrantes.

A camarada Céu Albuquerque estendeu depois os seus agradecimentos aos jovens “por acreditarem nesta candidatura” e por terem a capacidade de sonhar e de apoiarem um “município que todos pretendem ainda mais próspero e desenvolvido”.

Usaram ainda da palavra para uma intervenção curta nesta cerimónia, Nelson de Carvalho, actual presidente da autarquia, e número dois da lista para a Assembleia Municipal, o candidato à presidência deste órgão, Jorge Lacão, o presidente da Comissão de Honra, Francisco Fernandes, e a representante dos jovens nesta comissão, Dulce Santos. **R.S.A.**

## CANDIDATOS À CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

- Maria do Céu Albuquerque (candidata à presidência)
- Rui Serrano, 36 anos, arquitecto.
- Celeste Simão, 46 anos, professora.

- Manuel Jorge Valamatos, 44 anos, licenciado em educação física.
- Pedro Saraiva, 38 anos, sociólogo.
- Sandra Dias, 33 anos, licenciado em ciências da comunicação.
- Carlos Lopes, 43 anos, licenciado em enfermagem.

## CANDIDATOS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Jorge Lacão, 55 anos, advogado.
- Nelson Baltazar, 58 anos, engenheiro.
- Maria Helena Rosário Bandos, 70 anos, professora.
- António Lucas Mor, 60 anos, consultor.

- Manuel Duarte dos Santos, 65 anos, conservador do registo civil.
- Maria de Fátima Chambel, 59 anos, professora.
- Manuel Pereira Dias, 78 anos, aposentado.
- Bruno Jorge Tomás, 27 anos, estudante.
- Carla Rodrigues, 34 anos, técnica de comunicação.
- Idalina Maças da Silva, 51 anos, professora.

- Celso Pacheco da Silva, 34 anos, professor.
- Dulce Rosa Santos, 19 anos, estudante.
- Elisabete Furtado Pereira, 53 anos, guia técnica.
- Jorge do Carmo Beirão, 54 anos, professor.
- Ana Paula Pombinho, 49 anos, professora.
- Luís Filipe Marques, 31 anos, engenheiro.
- João Lobato, 47 anos,

- inspector do Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- Célia Marques, 41 anos, formadora.
- Hermínio Sousa Rosado, 38 anos, gerente comercial.
- Sónia Rodrigues Lourenço, 33 anos, funcionária pública.
- Paulo Lopes de Sousa, 57 anos, engenheiro.

## PS AVANÇA COM ANTÓNIO SÉRGIO PARA PAMPILHOSA DA SERRA

O EMPRESÁRIO e solicitador, António Sérgio, 37 anos, é o candidato do Partido Socialista, como independente, a presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra nas próximas eleições autárquicas.

Em recente nota de Imprensa, o presidente da Federação de Coimbra, camarada Victor Baptista, sublinha que o candidato escolhido pelo PS “é reconhecidamente um quadro político e um dos empresários mais prestigiados do concelho”, dedicando-se ao serviço público “com abnegação”.

“Os cidadãos do concelho conhecem-no porque já deu provas como vereador na câmara”, refere ainda o líder federativo, lembrando que António Sérgio exerceu o referido cargo durante oito anos e foi também membro da Junta de Freguesia de Cabril.

O candidato independente pelo PS à presidência da autarquia de Pampilhosa, “com experiência e empenho” – garante Victor Baptista – “aponta para um novo modelo de gestão para Pampilhosa da Serra”, visando “melhorar a qualidade de vida dos pampilhonenses”.



Foto: Serra Online

## Manter o bom rumo no Alandroal

A COMISSÃO Política do Partido Socialista do Alandroal aprovou recentemente a recandidatura a mais um mandato do actual presidente da Câmara, João Nabais.

O camarada João Nabais, que também lidera a Concelhia local, foi eleito candidato à autarquia com 94% dos votos expressos por escrutínio secreto, um resultado que, segundo sublinhou, “assume especial significado” uma vez que traduz a unidade mantida em torno da sua candidatura.

Refira-se que, com percentagens semelhantes, a Comissão Política do PS de Alandroal decidiu igualmente recandidatar todos os presidentes de Junta socialistas em exercício.

José Guiomar no Alandroal, Manuel José Ramalho em Terena, José Galindro em Capelins (Santo

António) e José Roques em Santiago Maior, são, novamente, os candidatos do PS às próximas eleições autárquicas de Outubro.

O PS/Alandroal decidiu ainda mandar todos os cabeças-de-lista das freguesias para constituir a sua própria equipa, levando a sua proposta à próxima reunião da Comissão Política.

Para assumir a liderança da lista candidata à Assembleia Municipal foi eleito Flávio Roques, jovem licenciado em Direito e professor na Universidade Lusófona em Lisboa, natural da Aldeia da Venda, freguesia de Santiago Maior.

Quanto a resultados eleitorais, João Nabais garantiu que “face ao trabalho apresentado nos mandatos anteriores nós, socialistas de Alandroal, não temos dúvidas quanto ao futuro”.



“É nossa convicção que os eleitores reconhecerão, através do seu voto, a intervenção que desenvolvemos em todas as áreas, nomeadamente, a nossa capacidade para ajudar a resolver os problemas das pessoas, em especial daqueles que, pela sua idade, pela sua debilidade financeira ou falta de saúde, mais precisam de apoio”, vincou João Nabais, lembrando de seguida que “os socialistas fizeram muito e vão fazer mais pelo Alandroal”.

OPINIÃO



PAULA BARROS  
Deputada do PS

*A definição de um regime de avaliação promotor da distinção pelo mérito constituiu-se como condição essencial para a dignificação da profissão docente e para a promoção da auto-estima e motivação dos professores*

## A EDUCAÇÃO NO CENTRO DO DEBATE POLÍTICO (II)

É EXTREMAMENTE importante ter ideias claras quando se ponderam questões como a da educação. A educação é a área fundamental de sustentação de uma sociedade que se quer mais justa, equitativa, participativa, crítica e responsável. A educação e qualificação dos cidadãos é o factor de investimento mais importante para a concretização de uma sociedade competitiva pelo conhecimento. O crescimento e desenvolvimento sustentado de uma sociedade só acontecem baseados na aposta fundamental na educação e qualificação dos cidadãos.

Para o Partido Socialista, esta linha de sociedade é bem clara e é por isso que não tem equívocos em relação ao papel fundamental que a escola, nomeadamente, a escola pública deve ter para a concretização destas intenções.

Sem por em causa o papel dos profissionais da educação ao longo dos anos, em Portugal, o Partido Socialista não pode alhear-se ao facto da escola pública não estar a produzir resultados consentâneos com os níveis de investimento e, aliás, a produzir resultados muito aquém da média europeia e da média dos países da OCDE.

Perante este cenário só duas reacções podiam ser viáveis: a indiferença, ou um grande investimento em termos de agenda reformista no que à educação diz respeito visando a melhoria de resultados da escola pública associados à elevação da qualidade das aprendizagens, à elevação da exigência e do rigor.

Sempre esteve o Partido Socialista bem consciente de que mais qualidade, mais exigência e mais rigor exigem condições materiais e funcionais adequadas.

Daí o grande investimento que está a ser levado a efeito ao nível do reordenamento da rede escolar, procurando garantir igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, com qualidade, por todos.

Daí o grande investimento no 1º ciclo no que ao acesso a refeições e a actividades de enriquecimento curricular e ao ensino do Inglês diz respeito.

Daí o grande investimento ao nível das ofertas profissionalizantes no ensino secundário de forma a dotar a escola de respostas mais adequadas aos anseios dos próprios alunos e desta forma contribuir para combater o insucesso e abandono escolar precoces.

Daí o grande investimento ao nível do Plano Tecnológico da Educação procurando dotar alunos e docentes de recursos actuais e fundamentais para diversificarem os seus instrumentos de acesso ao conhecimento e de práticas pedagógicas.

Daí, também, a consciência de que o trabalho organizado dos docentes nos estabelecimentos de ensino constitui o principal recurso para promover o sucesso dos alunos, prevenir o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade das aprendizagens.

E daí a necessidade de um Estatuto da Carreira Docente que se constitua como um instrumento efectivo de valorização do trabalho dos professores e de organização das escolas ao serviço da aprendizagem dos alunos.

Um Estatuto da Carreira Docente que promova a indiferenciação, que promova uma avaliação de desempenho sem consequências independentemente dos níveis de cumprimento e empenhamento profissionais não contribui, definitivamente, para a valorização da escola pública, nem para a

dignificação da classe docente.

O estatuto profissional de uma classe com a especificidade e a dignidade que se exige à classe docente deve pugnar pela valorização da experiência profissional, deve pugnar por proceder à correspondente estruturação da carreira, dotando cada estabelecimento de ensino de um corpo de docentes reconhecido, com mais experiência, mais autoridade e mais formação, que assegure em permanência funções de maior responsabilidade e que constitua uma categoria diferenciada.

A definição de um regime de avaliação promotor da distinção pelo mérito constituiu-se como condição essencial para a dignificação da profissão docente e para a promoção da auto-estima e motivação dos professores.

Portanto, a estruturação da carreira docente e o novo modelo de avaliação de desempenho dos professores não se constituíram como medidas isoladas mas, sim, como complementares de um movimento profundamente reformista na área da educação sempre visando a elevação da qualidade, a credibilização e a melhoria de resultados da escola pública em Portugal, bem como, a dignificação da profissão docente.

O modelo de avaliação de desempenho proposto visa, fundamentalmente, a distinção pelo mérito e promover uma avaliação docente com consequências do ponto de vista formativo do docente e da sua progressão na carreira.

Não temos a veleidade de o entender como modelo ideal até porque, como em qualquer sistema, os modelos devem ser testados, avaliados e, sempre, aperfeiçoados.

Aliás, foi esta a postura que se entendeu da parte do Ministério da Educação e dos Sindicatos quando assinaram, em Abril de 2008 um memorando de entendimento que visava a aplicação deste modelo de avaliação; o acompanhamento e monitorização da sua aplicação por uma comissão paritária de elementos da Administração Educativa e dos sindicatos, de forma a recolher os dados para introduzir o necessário “feed-back” no sistema orientado para o suprir de lacunas e aperfeiçoamento do modelo.

Infelizmente, este memorando for quebrado unilateralmente pelos sindicatos numa atitude de pouca abertura à colaboração e negociação, colocando outros valores à frente do valor da educação e dos seus profissionais e acabou por o ministério, em diálogo directo com os docentes através dos conselhos executivos das escolas, introduzir um pacote de medidas de agilização da aplicação do modelo de avaliação.

É importante perceber que a avaliação em cumprimento das linhas orientadoras já acima definidas é absolutamente fundamental e errado seria não fazer nada. Importante é que os processos se iniciem e se apliquem; só assim é possível testá-los e aperfeiçoá-los. Deixar tudo na mesma, quando o que temos definitivamente não serve para atingir os objectivos é um grave erro que só traduz atraso, perda de tempo. E, em matéria de educação sabemos bem que Portugal não tem tempo a perder.

A bem de um país mais justo, solidário, responsável e competitivo abracemos as nossas responsabilidades; sabemos que os resultados serão o incentivo para todos, profissionais da educação, encarregados de educação e alunos. Sabemos, também, que todos pugnamos pelo mesmo objectivo: a bem de Portugal, a bem dos portugueses.

## PS ENLUTADO PELO FALECIMENTO DE CARLOS CANDAL

O PARLAMENTO aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte do dirigente do Partido Socialista, Carlos Candal, um dos 27 delegados que esteve em Bad Munstereifel aquando da fundação do nosso partido.

Todos os partidos com assento parlamentar manifestaram a sua tristeza e dor pelo desaparecimento de Carlos Candal, falecido aos 71 anos, nos hospitais da Universidade de Coimbra.

Alberto Martins, líder parlamentar do PS, lembrou a sua irreverência e ironia, não deixando igualmente de enaltecer o seu sentido “crítico e cívico”.

Em nome do Governo, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, associou-se ao voto de pesar afirmando que a morte de Carlos Candal, trouxe ao parlamento e à democracia portuguesa “um dia de luto”.

Para o líder parlamentar socialista a morte de Carlos Candal constitui “uma perda que nos magoa”, porque, em sua opinião, tratava-se de uma figura “muito importante da nossa democracia”, opinião aliás partilhada pelo deputado do PSD, Montalvão Machado que o considerou “um homem frontal”, e uma “referência da democracia portuguesa”.

Diogo Feio, do CDS, que o considerou como “uma das figuras da nossa democracia” mas também António Filipe, do PCP e Fernando Rosas, do BE, lamentaram a perda deste “resistente antifascista e homem de Abril”, tendo o dirigente do BE recordado o episódio da candidatura de Carlos Candal, na



década de 60, como cabeça de lista às eleições para a Associação Académica de Coimbra, tendo conseguido na altura, como acentuou, “a primeira vitória do movimento associativo sobre as listas da direita e do regime”.

Para Rosas, o socialista agora desaparecido, foi uma personalidade de relevo e “um dos líderes da nossa segunda república”.

Licenciado em Direito e com uma especialização em Ciências Políticas-Económicas, Candal, nasceu em Aveiro, em 1938 onde exerceu desde cedo advocacia e onde lançou as bases de uma prolongada e fértil carreira política.

Foi um dos fundadores do Partido Socialista, tendo desempenhado após a instauração do regime democrático, em Abril de 1974, as funções de deputado, primeiro na Assembleia Constituinte, depois na Assembleia da República e ainda no Parlamento Europeu (PE), onde cumpriu dois mandatos até 2004.

“Aveirense, republicano e socialista”, era assim e por esta ordem que o histórico dirigente se definia a si próprio. Conhecido

pela sua eloquência como advogado, quer no tribunal, quer fora dele, ou como político, quem não se lembra do seu manifesto “anti-Portas, em português suave”, elaborado durante a campanha eleitoral para as legislativas de 1995, Carlos Candal nunca virou a cara ao debate de ideias, tendo chegado a candidatar-se ao cargo de bastonário da Ordem dos Advogados, perdendo na altura para Miguel Júdice.

Como opositor indefectível ao Estado Novo esteve envolvido em inúmeras acções, com particular destaque para as posições que assumiu publicamente, logo a partir dos finais da década de 50, contra o regime salazarista, ou mais tarde, pelo papel que veio a desempenhar na preparação dos II e III Congressos Republicanos, realizados na sua cidade natal, tendo assumido neste último evento o papel de secretário-geral.

De salientar também que Carlos Candal presidia à Associação Académica de Coimbra em 1962 quando se deu a contestação universitária ao regime do Estado Novo. R.S.A.

## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## E O PSD ...?

APROXIMA-SE o momento em que os portugueses vão tomar decisões fundamentais para o seu futuro, escolhendo o projecto e a equipa de governação para a próxima legislatura. Não será uma tarefa fácil e as dificuldades não surgem pelas melhores razões.

Se a dificuldade de escolha se baseasse na existência de duas alternativas e de duas propostas políticas fortes, isso seria um desafio forte para o PS e ao mesmo tempo uma grande notícia para a democracia. A verdade no entanto é que os portugueses vão ter que escolher entre uma alternativa consistente e uma não alternativa e isso confunde e baralha o jogo democrático.

O PS propõe-se continuar a reforçar a competitividade do país, apostar na modernização da economia, criar infra-estruturas de qualidade, internacionalizar as empresas e formar mais e melhores recursos humanos e o PSD...? Propõe-se travar o TGV.

O PS propõe-se continuar a investir na escola, a dar acesso a computadores e a banda larga a todos os estudantes, a melhorar

“A verdade no entanto é que os portugueses vão ter que escolher entre uma alternativa consistente e uma não alternativa e isso confunde e baralha o jogo democrático”

o parque escolar e a formar os activos que desejem progredir na sua vida profissional e o PSD...? Propõe-se travar o TGV.

O PS propõe-se apoiar as pequenas e médias empresas e os empreendedores, facilitando o acesso ao crédito, financiando projectos inovadores e apoiando a qualificação e a inserção de jovens quadros nas empresas e o PSD...? Propõe-se travar o TGV.

O PS propõe-se prosseguir o reforço dos sistemas sociais e da sua viabilidade, apoiar os mais desfavorecidos e criar igualdade de oportunidades para todos e em particular para as novas gerações e o PSD...? Propõe-se travar o TGV.

O PS propõe-se fazer escolhas. Isso agrada a uns e não a outros porque essa é a essência da democracia. E o PSD...? Apenas desagradará aos que queriam o TGV! É essa a sua estratégia. É essa estratégia que não é inocente e tem que ser desmontada. Não merece o poder um partido cujo programa é... travar o TGV.

FÓRUM de Lisboa cheio para ouvir o balanço do trabalho desenvolvido por António Costa à frente da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Após fazer uma rápida análise sobre o passado recente e comentar a gestão da anterior coligação de direita, que “deixou uma herança pesadíssima”, o presidente da câmara referiu-se à crise económica e financeira que o mundo atravessa, “crise à qual a CML não tem como fugir”.

Que políticas e em que áreas é prioritária a intervenção da edilidade, de forma a minimizar o impacto da crise e da herança deixada pela direita, foi o cerne da intervenção de António Costa, para quem existe um conjunto de sectores aos quais importa dedicar especial atenção designadamente, os espaços públicos, por constituírem, porventura, a par do trânsito e do parque habitacional, uma das facetas da administração da cidade onde mais trabalho há a fazer.

Logo que assumiu a responsabilidade autárquica, António Costa avançou para a resolução de um conjunto de obras que, ou se “arrastavam há anos e nunca mais eram acabadas”, ou, estando concluídas, não havia maneira de serem devolvidas à população.

É o caso, entre outros, do Jardim de S. Pedro de Alcântara, dos palácios de Galveias e Bensaúde, ou ainda das piscinas municipais dos Olivais, Areeiro ou Campo Grande.

Mas outras áreas mereceram também uma atenção por parte da autarquia, como seja o caso do museu do Design, “que não havia maneira de avançar e que hoje está aberto ao público na Baixa lisboeta”, o Parque Mayer, onde, depois de se terem cumpridos todas as regras se abriu o respectivo concurso público para a sua reabilitação, ou ainda, o assinalável investimento que a edilidade tem vindo a efectuar na recuperação de pavimentos e de calçadas, devolvendo à cidade a dignidade e o

27 DE SETEMBRO e 11 de Outubro são as datas sobre as quais recaem, respectivamente, as eleições legislativas e autárquicas.

Tendo considerado as preferências expressas por todos os partidos políticos que, nos termos da lei, foram previamente ouvidos sobre esta matéria, o Governo decidiu marcar para 11 de Outubro as eleições para as autarquias locais.

Em nota oficial, o Executivo informou que a decisão tinha sido comunicada ao Presidente da República pelo primeiro-ministro, no dia 26 de Junho, e que, “estando cumpridos todos os procedimentos”, ela será



brilho que uma capital europeia reclama.

António Costa falou, por fim, num vastíssimo conjunto de outras iniciativas lideradas pela autarquia, que, ou estão já concluídas, ou em pela execução.

É o caso da reabilitação urbana, com mais de três centenas de empreitadas lançadas, criando cerca de cinco mil postos de trabalho, o ambiente, com a Carta Verde concluída e aprovada, um novo colector de saneamento básico e uma nova conduta para abastecimento de água, para além de uma verdadeira revolução urbanística desenvolvida na mais emblemática praça da cidade, o Terreiro do Paço, onde estão a decorrer obras de extrema importância para a qualidade de vida da cidade.

A par disto, foram ainda criados 80 quilómetros de faixas “bus”, sendo já hoje possível aos autocarros da Carris circularem, por exemplo, entre Algés e Moscavide sempre em faixas próprias, desenvolvidas cerca de 40 quilómetros de ciclovias, “estando concluídos 28 quilómetros

até ao final deste mandato”, e efectuou-se uma grande aposta na educação que passou pela melhoria da qualidade dos edifícios escolares.

Para este sector estão orçamentados perto de 50 milhões de euros, que serão destinados não só à reabilitação, mas também à construção de duas novas escolas do 1º ciclo.

Preparar o futuro é o grande desígnio de António Costa, por isso a aposta na Carta Estratégica de Lisboa, documento que o autarca considera fundamental, “para se poder ter uma ideia clara e uma visão aproximada do futuro da cidade”, na medida em que permitirá ter um panorama o mais objectivo possível quer em relação à demografia, quer ao tipo de vivência existente, quer ainda em relação às questões ambientais e à base económica da cidade.

A Carta Estratégica de Lisboa, segundo António Costa, permite ainda ficar-se com uma ideia objectiva das características da população e do modelo de governo que mais se poderá adaptar à cidade. **R.S.A.**

## Definido calendário eleitoral

formalizada em Conselho de Ministros.

Um dia depois, Presidente da República comunicou ao país a sua decisão de convocar eleições legislativas para o dia 27 de Setembro.

Em reacção, José Sócrates manifestou-se “satisfeito” pelo facto do chefe de Estado ter decidido marcar as eleições legislativas para uma data diferentes da das eleições autárquicas.

“Sempre me pareceu que as eleições deviam decorrer em datas diferentes, para deixar espaço para que as democracias locais funcionem”, sustentou o primeiro-ministro, em Belmonte, em declarações feitas à margem da cerimónia

de adjudicação de dois novos blocos do Regadio da Cova da Beira.

“Há muita gente em muitos concelhos que têm opções locais e nacionais diferentes, que querem apoiar um partido a nível local e outro a nível nacional”, explicou Sócrates, para quem ter optado pela mesma data para a realização das duas eleições teria um efeito “negativo para a dinâmica das democracias locais”.

“Foi por isso que naturalmente fiquei satisfeito pelo Presidente da República se ter decidido pela data das eleições [legislativas] em momentos diferentes”, concluiu.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa